

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Manoella Rocha de Godoy

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA
EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO**

Porto Alegre

2018

MANOELLA ROCHA DE GODOY

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA
EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tatiana Reidel.

Porto Alegre

2018

MANOELLA ROCHA DE GODOY

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA
EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Aprovado em ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Tatiana Reidel

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Vanessa Maria Panozzo Brandão

Arguidora

AGRADECIMENTOS

Percorremos tantos caminhos, mas sempre estivemos juntas. Tive o privilégio de poder sempre contar com o maior apoio do mundo. Mãe, se hoje cheguei onde decidi estar foi por te ter sempre comigo! Palavras não são suficientes para expressar a imensa gratidão. Que nunca nos esqueçamos da força que temos juntas!

Agradeço à minha vó Elizia, pelo apoio, preocupação, cuidado e pela comida quentinha de sempre. Vó, minha alegria é imensa por poder dividir esse momento contigo, tu fazes parte de cada pedacinho dessa trajetória até aqui. Agradeço também a toda minha família e sequer deixou de me acolher e apoiar em todo este processo.

Matheus, te agradeço do fundo do meu coração por todo crescimento, apoio e dedicação a mim por todo esse tempo. Obrigada pela paciência e amor!

Aos meus amigos, Clarissa, Tephie, Matheus e Jéssica. Nossa amizade me construiu e desconstruiu. Lá se vão mais de dez anos das relações mais sinceras que se pode estabelecer. Vocês fazem parte do que eu sou!

Cúpula amada!!! Joice, Eriane e Júlia, mil vezes obrigada pela parceria! Dividir essa trajetória com vocês me fortaleceu a cada momento. Obrigada pelos conselhos, aprendizados, cervejas e vinhos. Agora, na vida de assistente social, que possamos permanecer juntas e fortes!

Daphne, obrigada pelo imenso apoio! Obrigada por sempre me acolher, sem importar a hora. Levo no meu coração tudo que passamos juntas e sempre estarei por aqui, seja para as nossas indiadas ou para sonhar o sonho da riqueza.

Amigas queridas, Elisa, Nati Doria, Emy e Renata, vocês são muito especiais para mim!! Cada uma de vocês me trazem tanta luz, alegria e aconchego. Serei eternamente grata pelo Serviço Social proporcionar esses encontros tão bonitos.

À toda equipe do CREAS, obrigada pelo acolhimento desde o início, aprendi e aprendo diariamente com cada um. Especialmente a minha supervisora de campo Juliana, obrigada por participar desta construção de assistente social, foi um privilégio partilhar tantas experiências contigo! Obrigada Nati por disponibilizar sempre o abraço mais fofinho e quentinho já visto. Carine, obrigada pelas caronas, sumários, conversas, comidas, docinhos, choradeiras, VD's e tudo que a

gente troca diariamente! Adri, em tão pouco tempo tu destes conta de tantos dramas e soube me ouvir sempre com tanto carinho.

Nesta incessante caminhada agradeço imensamente a minha orientadora Prof.^a Tatiana por tanta paciência, aprendizado, escuta e suas balinhas no fim da noite. És uma inspiração de profissional ética e comprometida. Obrigada por tudo, sentirei saudades das nossas orientações!

À Prof.^a Vanessa que me acolheu e ensinou tanto no período de estágio. Tu deste sentido a este trabalho. Sinta-se parte de tudo isso. Obrigada por proporcionar tanto conhecimento!

A todos os professores do Curso de Serviço Social da UFRGS por contribuírem na trajetória da minha formação e me constituírem como assistente social que não foge da luta! Obrigada!

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão do Curso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul versa sobre os desafios e perspectivas do trabalho da assistente social na execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto, a partir de uma pesquisa bibliográfica documental e da experiência profissional a partir do estágio obrigatório em Serviço Social em um CREAS do município de Porto Alegre. Algumas inquietações surgiram sobre como o processo socioeducativo se efetiva considerando o caráter punitivo e assim, como incide as dimensões do trabalho da assistente social na direção da promoção da garantia de direitos. O mesmo tem como principal objetivo compreender os desafios e perspectivas do trabalho da assistente social na execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto a fim de contribuir com a qualificação do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. A metodologia contou com revisão bibliográfica, análise documental das legislações que dizem respeito ao direito da criança e do adolescente, além das produções realizadas nos estágios curriculares. Como achados da pesquisa bibliográfica e documental, destaca-se o avanço nas políticas de atendimento legitimado pelas legislações, mas traz como desafio o retrocesso no que concerne as políticas sociais no que tange os direitos das crianças e dos adolescentes. Conclui-se evidenciando que os desafios se configuram na trama das relações políticas, sociais e econômicas onde a assistente social irá lidar num contexto adverso, intensificado pelo neoliberalismo, de precarização do trabalho, baixos salários, falta de recursos humanos e financeiros, dificultando a qualidade do trabalho prestado. Além disso, a conjuntura atual reforça a lógica punitiva quando discute a privação de liberdade em detrimento da socioeducação, na busca pelo encarceramento como solução. As perspectivas do trabalho das assistentes sociais se dão no fortalecimento da categoria com as lutas sociais, e principalmente nas lutas pelo o direito da criança e do adolescente. Aliado aos movimentos sociais, compreende-se que é através da formação profissional que se alcançam respostas propositivas, críticas e coerentes com dados de realidade. Assim, sem dissociar os instrumentos de trabalho, da sua matriz teórico-metodológica e ético-política é concebível realizar intervenções capazes de transformar a realidade social de jovens que ainda estão marginalizados. Assim, a perspectiva do trabalho das assistentes sociais se dá na materialização do Projeto Ético-Político e nas unificações das lutas sociais.

Palavras-chave: Medidas Socioducativas; Trabalho Assistente Social; Direito da Criança e do Adolescente.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CF – Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CONANDA – Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

FASC – Fundação de Assistência Social de Porto Alegre

FEBEM – Fundações Estaduais do Bem-Estar ao Menor

FESC – Fundação de Educação Social e Comunitária de Porto Alegre

FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor

LA – Liberdade Assistida

MSE – Medida Socioeducativa

NOB RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

ONG – Organização Não Governamental

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PEP – Projeto Ético-Político

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNBEM – Fundação Nacional do Bem-Estar ao Menor

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categoria Trabalho da Assistente Social.....	14
Quadro 2 – Categoria Medida Socioeducativa.....	14
Quadro 3 – Categoria Direito da Criança e do Adolescente.....	16
Quadro 4 – Indicadores projeto de intervenção.....	53

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sistema de Garantia de Direitos.....	30
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produções por área Capes em relação às publicações sobre Medidas Socioeducativas.....	15
Gráfico 2 – Capes Direito da Criança e do Adolescente.....	16
Gráfico 3 – Textos & Contextos – Direito da Criança e do Adolescente.....	17
Gráfico 4 – Katálisis em relação ao Direito da Criança e do Adolescente.....	18
Gráfico 5 – Capes em relação ao Trabalho da Assistente Social.....	19
Gráfico 6 – Relação dos adolescentes inseridos na rede de proteção.....	54
Gráfico 7 – Relação ao número de adolescentes que evadiram do cumprimento da MSE de PSC.....	55

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL	20
2.1. A MUDANÇA DE PARADIGMA: DA PERSPECTIVA DE PUNIÇÃO A COMPREENSÃO DASOCIOEDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL.....	24
2.2. AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO A PARTIR DA COMPREENSÃO DO SINASE.....	29
2.3. AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO SUAS	33
3. BREVES ANÁLISES SOBRE A CATEGORIA TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL	36
3.1. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL .	41
3.2. APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS: DO QUE FALAMOS QUANDO UTILIZAMOS A CATEGORIA TRABALHO.....	42
4. DESVENDANDO O TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: REFLEXÕES A PARTIR DOS ACHADOS DA PESQUISA, ARTICULADOS COM AS VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	47
4.1. REFLEXÕES E ANÁLISES SOBRE O TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL COM AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS A PARTIR DAS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES VIVENCIADAS NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO.....	51
4.2. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65

1. INTRODUÇÃO

O estudo apresentado neste trabalho de Conclusão de Curso é fruto da trajetória acadêmica que se constrói ao longo do processo de formação e se intensifica com a vivência do estágio obrigatório em Serviço Social. No ano de 2016, houve inserção, através do estágio, num Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), no município de Porto Alegre.

A experiência nos processos de trabalho se dão, especificamente, com as Medidas Socioeducativas em meio aberto. Durante o acompanhamento e atendimento às demandas referente às MSE, surgiram diversas inquietações a respeito de como se dava o processo socioeducativo. Ao passo em que o estágio exigia o aprofundamento teórico sobre o tema a execução das MSE acabava se distanciando do que previa às legislações, visto que alguns socioeducadores¹, das Unidades de Execução, tinham dificuldade de romper com a lógica punitiva, distanciando-se do caráter pedagógico da MSE, o que ocasionava o reforço do estigma imposto pela sociedade. Desta forma, a evasão da medida tornava-se mais provável, pois, o adolescente não se sentia acolhido, mas sim tratado de forma desrespeitosa e preconceituosa.

Neste sentido, a realização de uma pesquisa foi motivada a partir de indagações vivenciadas neste processo de formação profissional. Além disso, acredita-se que o estudo pudesse contribuir para o entendimento do trabalho das assistentes sociais nesta área de inserção profissional.

Tem-se, então, como tema da pesquisa que constitui este Trabalho de Conclusão de Curso, os desafios e perspectivas do trabalho da Assistente Social na execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto. Como se configuram os desafios e perspectivas do trabalho da Assistente Social na execução das Medidas Socioeducativas? Se constituiu enquanto problema de pesquisa tendo como questões norteadoras que direcionaram este estudo: I) Qual a contribuição do trabalho da assistente social na perspectiva de garantia de Direitos por meio da MSE? II) Qual o caráter predominante na execução da MSE, punição ou

¹ Refere-se aqui como socioeducador a *referência socioeducativa*, o qual é o profissional de nível superior ou com função de gerência ou coordenação nos locais de prestação de serviço comunitário, que será responsável geral tanto pelos adolescentes prestadores de serviço comunitário quanto pelo funcionário guia (SINASE, 2006, p. 43).

Sociodução? III) Qual a articulação entre o trabalho das AS nas MSE e as dimensões teórico-metodológica; técnico-operativa e ético-política?

Com a intencionalidade de compreender como se configuram os desafios e perspectivas do trabalho da Assistente Social na execução das Medidas Socioeducativas realizou-se o processo de investigação por meio de pesquisa qualitativa que visa investigar como se desenvolve o trabalho das Assistentes Sociais junto às MSE com vistas a verificar a contribuição das mesmas para garantia de direitos; analisar a relação entre a punição e a garantia de direitos a fim de compreender o caráter socioeducativo e investigar como se articulam e aplicam as dimensões do trabalho profissional da assistente social, a partir da intervenção nas MSE.

Sobre percurso metodológico desta pesquisa, considera-se importante destacar que o método utilizado foi o dialético-crítico de Marx. Este implica em uma revisão que traga a reflexão crítica e totalizante na análise e na interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. A metodologia aplicada se deu por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental envolvendo legislações e documentos oficiais, além das produções feitas a partir do estágio obrigatório, como, diários de campo e análise socioinstitucional. As bibliográficas envolveram artigos científicos, teses, dissertações e livros.

Na pesquisa documental, primeiramente foram selecionadas as legislações com mais expressividade sobre o tema, sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2006). Com o aprofundamento dos mesmos percebeu-se a necessidade de agregar o Caderno de Tipificação CREAS (2011).

Para realização da pesquisa bibliográfica, primeiramente foi realizado levantamento de produções a partir das categorias: Trabalho do Assistente Social, Medida Socioeducativa e Direito da Criança e do Adolescente. Os bancos de dados utilizados para a pesquisa destas categorias foram Capes, Revista Textos & Contextos e Revista Katálysis, recorte definido por considerar a relevância das revistas e seu reconhecimento pela categoria profissional, bem como a legitimidade das agências de fomento pela qualidade de suas publicações na área de Serviço Social. A definição pela limitação dos três bancos se deu por serem Revistas que disponibilizam online seu material para coleta de dados e pesquisa. A partir do recorte dos últimos cinco anos da data da publicação foram

encontrados 106 (cento e seis) produções acerca **do trabalho da assistente social** totalizando as três bases de dados dos últimos cinco anos. Sobre **Medida Socioeducativa** foram encontrados 74 (setenta e quatro) produções e no que se refere à categoria **Direito da Criança e do Adolescente**, os achados de pesquisa se contabilizaram em 51 (cinquenta e um).

Posteriormente os resumos foram lidos, bem como as palavras-chave de cada artigo, o que delimitou a amostra:

Quadro 1 – Categoria Trabalho da Assistente Social

BANCO DADOS	ARTIGOS ENCONTRADOS	ARTIGOS FINAIS UTILIZADOS
Capes	37	12
Textos & Contextos	64	9
Katálysis	5	2
Total	106	23

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Quanto à categoria trabalho da assistente social, infere-se que se comparado com as outras categorias analisadas é onde se encontra o maior número de produções, considerando que todas são escritas pelo Serviço Social. Para fins analíticos, as outras categorias de análise são produzidas também por outras áreas do conhecimento.

Quadro 2 – Categoria Medida Socioeducativa

BANCO DADOS	ARTIGOS ENCONTRADOS	ARTIGOS FINAIS UTILIZADOS
Capes	63	10
Textos & Contextos	8	5
Katálysis	3	1
Total	74	16

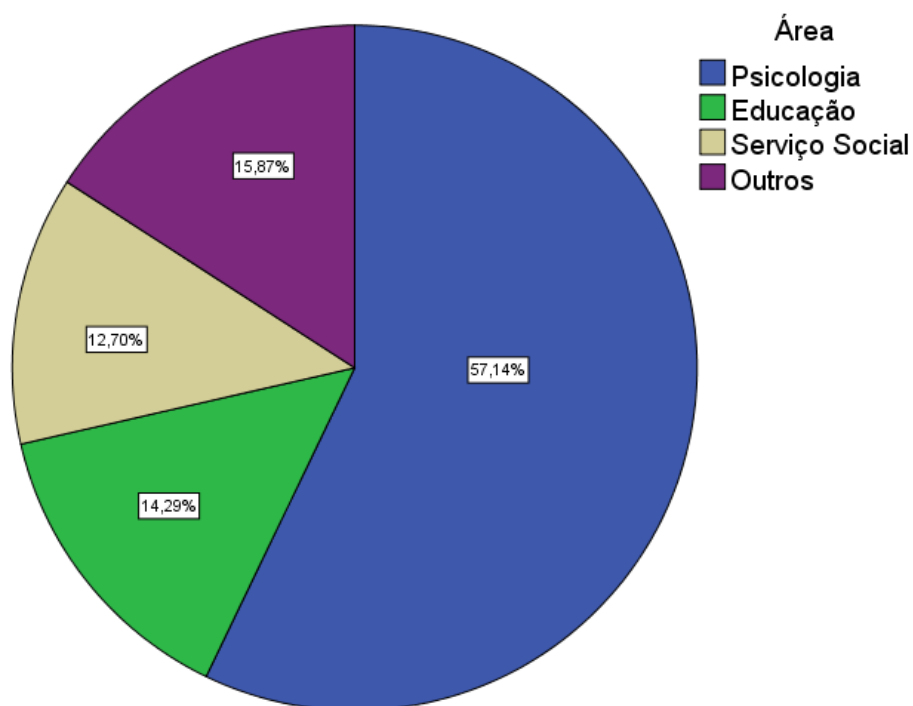
Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

No que se refere à busca pela categoria Medida Socioeducativa, observa-se que na Capes, plataforma de publicação de diversas áreas do conhecimento, os achados se dão em maior número. Já na plataforma Textos & Contextos e Katálysis, as quais majoritariamente tem-se publicações do Serviço Social, o número de

publicações se apresentam em menor número, se comparado com a primeira plataforma analisada.

Numa análise mais detalhada das publicações sobre a categoria Medida Socioeducativa, encontradas na Capes ressalta-se que das áreas do conhecimento observadas, a Psicologia tem majoritariamente o número de publicações, ou seja, 36 (trinta e seis) estudos divulgados pela Capes. A área da Educação publicou 9 (nove) estudos e o Serviço Social, a área com menos expressividade entre as três, com 7 publicações (gráfico 1).

Gráfico 1 – Produções por área Capes em relação às publicações sobre Medidas Socioeducativas



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

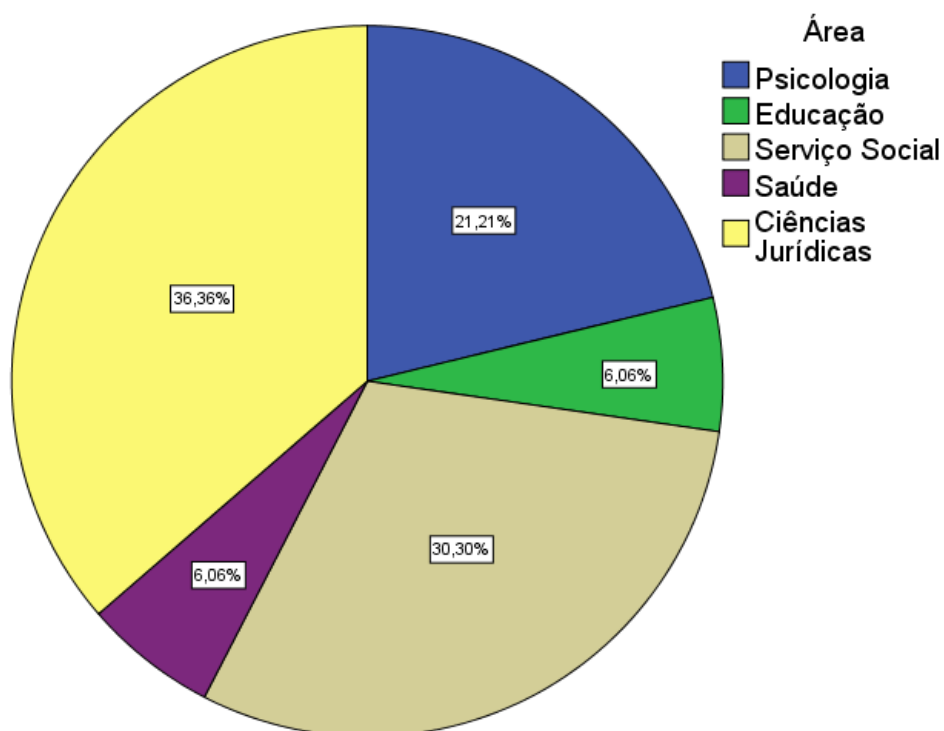
Este achado instiga algumas reflexões, considerando que este é um espaço em potencial ocupado igualmente por Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos. Assim, questiona-se uma vez que as outras áreas não tem trabalhado tanto com a Medidas Socioeducativas como a Psicologia ou, se somente a Psicologia tem sistematizado e publicizado sobre o trabalho com as MSE.

Quadro 3 – Categoria Direito da Criança e do Adolescente

BANCO DADOS	ARTIGOS ENCONTRADOS	ARTIGOS FINAIS UTILIZADOS
Capes	33	6
Textos & Contextos	7	1
Katálysis	11	1
Total	51	8

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

No que se refere às produções sobre a categoria Direito da Criança e do Adolescente, encontra-se expressividade do Serviço Social, como demonstra os gráficos 2, 3 e 4:

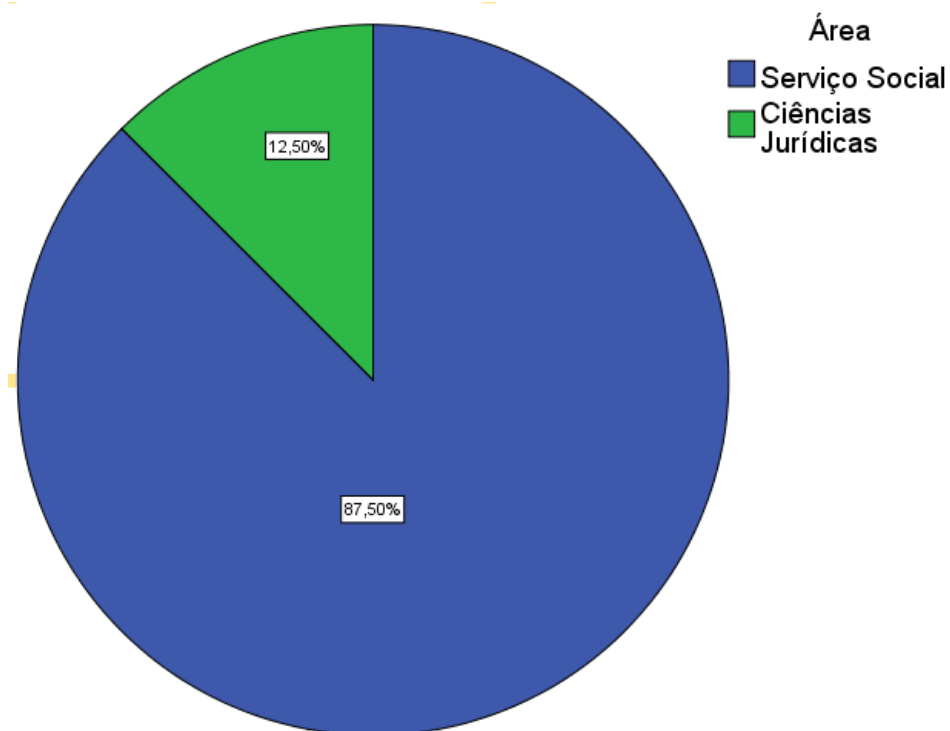
Gráfico 2 - Capes Direito da Criança e do Adolescente

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Na plataforma Capes, a qual tem uma abrangência mais ampla quanto às áreas que publicam, percebe-se que o Serviço Social é a segunda área que mais publica depois das Ciências Jurídicas e Sociais. Neste sentido, o maior número de

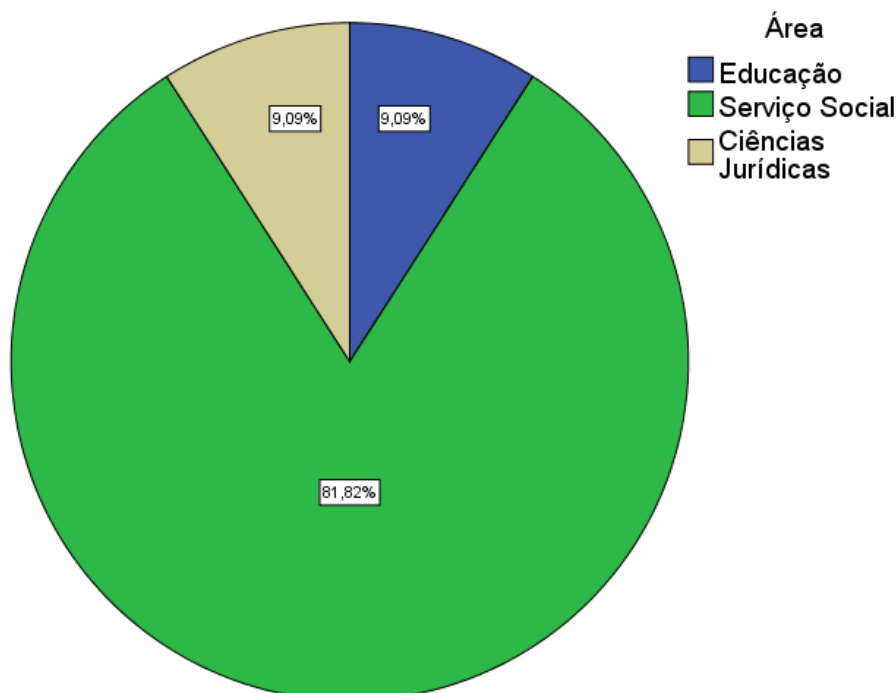
publicações ficam: Direito com 12 (doze) estudos, Serviço Social com 10 (dez) publicações e 7 (sete) da área da Psicologia.

Gráfico 3 – Textos & Contextos – Direto da Criança e do Adolescente



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Já na plataforma Textos & Contextos 7 (sete) publicações, das 8 (oito) encontradas, faziam parte dos estudos do Serviço Social, sendo que apenas 1 (uma) da área das Ciências Jurídicas e Sociais.

Gráfico 4 – Katálysis em relação ao Direito da Criança e do Adolescente

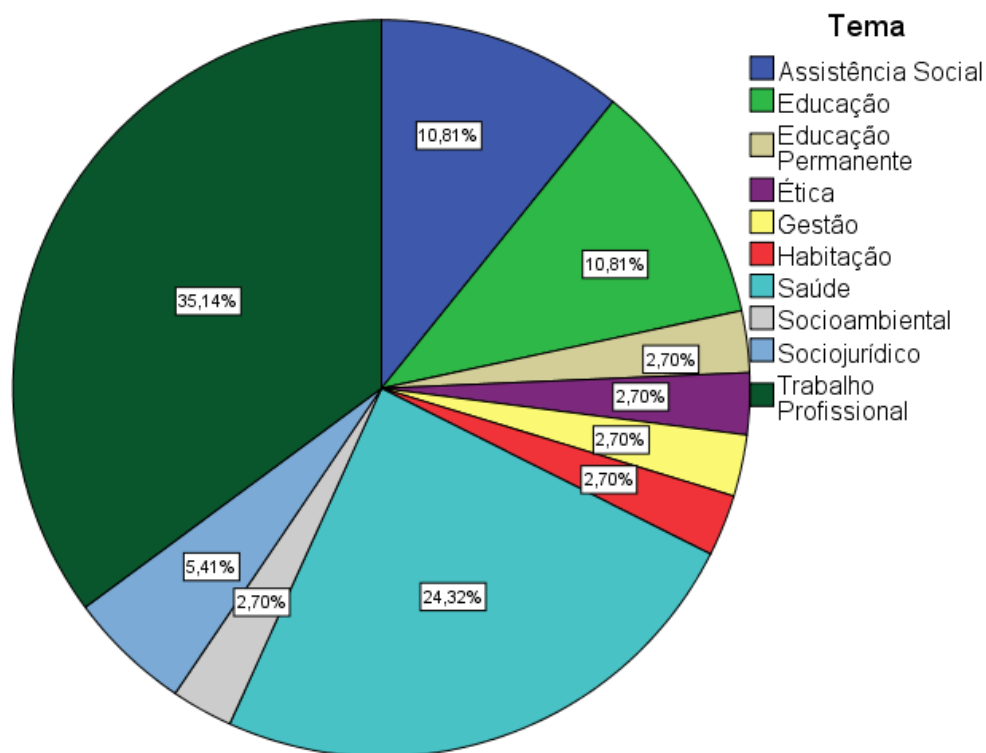
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Na plataforma Katálysis foram encontradas 11 (onze) publicações sobre a temática Direito da Criança e do Adolescente. Destas, 8 (oito) eram produzidas pelo Serviço Social, o restante era das áreas das Ciências Jurídicas e Sociais e Educação.

Os gráficos 2, 3 e 4 inferem que o Serviço Social é uma das áreas que mais produz referente ao tema criança e adolescente. Neste sentido, talvez seja possível a relação com o fato de ser uma das primeiras temáticas trabalhadas pela profissão, desde sua gênese.

A partir desta busca, alguns outros achados da pesquisa foram importantes para compreender as produções acerca do tema. Observou-se que há publicações que se referem sobre medida socioeducativa e ato infracional na adolescência, no que perpassa o tema do direito da criança e do adolescente. Porém, quando utiliza-se da categoria Trabalho da Assistente Social para análise, não há nenhuma publicação que relacione diretamente o trabalho da assistente social com as medidas socioeducativas, como demonstra o gráfico 5:

Gráfico 5 – Capes em relação ao Trabalho da Assistente Social



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

O gráfico ilustra a porcentagem sobre as publicações que relacionam a categoria Trabalho da Assistente Social na plataforma Capes. Nas demais plataformas os dados encontrados também não se diferem, tendo na Textos & Contextos (1) um artigo que aborda o trabalho das assistentes sociais em relação à privação de liberdade na adolescência, ou seja, um assunto que apenas tangencia o tema desta pesquisa. E na plataforma da revista Katálysis não se identificou nenhum artigo que refere sobre trabalho da assistente social com Medidas Socioeducativas.

O adensamento da análise dos dados coletados na pesquisa, será apresentado no decorrer deste trabalho, no corpo dos seus capítulos, sendo que no segundo (2º) capítulo se realizará uma breve trajetória do direito da criança e do adolescente no Brasil, do período colonial até as novas legislações a partir de 1980. Seguindo na mesma lógica, os próximos subcapítulos dizem respeito às mudanças de paradigma através do Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marcos que se referem aos direitos humanos infanto-juvenil; ainda será discutido as Medidas Socioeducativas a partir da

implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) enquanto executor da política e um espaço sócio-ocupacional para a assistente social.

Compreendendo que a política de assistência social se constitui como campo de trabalho para a profissão, tem-se no terceiro (3º) capítulo, como próximo eixo de discussão o trabalho da assistente social através de uma perspectiva histórica da profissão, compreendendo a trajetória da categoria trabalho para profissão, evidenciando também o Movimento de Reconceituação. Assim, parte-se para os elementos constitutivos do trabalho e para a questão da categoria trabalho em si, a fim de compreender o porquê desta centralidade e a importância do seu entendimento para o adensamento teórico no Serviço Social, a partir do referencial marxista.

No quarto (4º) capítulo será abordado os desafios e perspectivas do trabalho da assistente social nas Medidas Socioeducativas em meio aberto, a partir da pesquisa bibliográfica documental e da experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social, com base na discussão sobre as dimensões da competência profissional.

Para concluir, por fim, serão apresentadas as considerações finais acerca do que foi apresentado neste trabalho.

2. BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

A luta e a consolidação dos direitos da criança e do adolescente são uma pauta relativamente recente no Brasil. Antes do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) com a concepção de cidadania e Proteção Social Integral, e a garantia de direitos a partir da Constituição Federal (CF, 1988) a trajetória do direito e do atendimento a essa população acompanhou os movimentos históricos e políticos do país.

A história da infância no Brasil se confunde com a cultura da institucionalização. Desde o período colonial criou-se internatos, asilos e reformatórios para educação formal de crianças e jovens, os quais eram destinados tanto para as famílias ricas quanto para as mais pauperizadas (RIZZINI, 2004).

Neste sentido, o recolhimento de crianças às instituições de reclusão foi o principal instrumento de assistência à infância no Brasil. No século XX esta prática torna-se exclusiva apenas para os filhos das famílias pobres. Assim, cultua-se a educação por terceiros, pautada no autoritarismo e conservadorismo a partir das instituições religiosas e filantrópicas que davam conta desta demanda (RIZZINI, 2004).

O contexto histórico brasileiro neste período era marcado pelo abismo da desigualdade social. A concentração de renda estava nas mãos das famílias portuguesas e a mão-de-obra feita a partir do trabalho escravo. O que resulta um enorme contingente de *crianças desvalidas*² e bebês abandonados.

A “solução para o problema” veio através das Rodas de Expostos, iniciada pelas Santas Casas de Misericórdia. A criação das Rodas evitou que bebês fossem abandonados nas ruas ou nas portas das igrejas por mães que queriam ocultar um filho ilegítimo, ou que não tinham condições de criá-los (RIZZINI, 2004).

Quanto a escravidão, os senhores pagavam pelos pequenos escravos em idade que já pudessem realizar atividades laborais e assim, se responsabilizavam pela sua criação, provendo alimentação, roupas e preparação para o trabalho. A Lei do Ventre Livre (1871) permitia que os senhores pudessem manter seus *ingênuos* até a idade de 21 anos, com a contrapartida de educá-los (MARCÍLIO, 1997).

Com a independência do Brasil, inicia-se a criação massiva de escolas com o intuito da escolarização do povo. Concomitantemente, essas escolas reforçavam a cultura da internação, fazendo a limpeza das ruas, recolhiam-se crianças que estavam em situação de mendicância. O governo imperial delegou à Marinha e ao Exército que criassem Companhias de Aprendizes Marinheiros e Escolas de Aprendizes dos Arsenais de Guerra para inserir essas crianças. Segundo Nascimento (1999) o Exército forneceu, entre o ano de 1840 e 1888, cerca de 8.586 menores aptos para o serviço nos navios de guerra, assim, tinham mais crianças do que os próprios soldados recrutados.

A partir do período republicano os serviços que atendiam essa população pressionavam os poderes públicos a criar políticas especiais que dessem conta do

² Desvalido é aquele que não tem valor, sem valimento e “sem valia”, encontra-se desprotegido, desamparado, desgraçado, miserável, segundo definição do Dicionário do Aurélio, edição de 1986. Jucinato de Sequeira Marques (1996) encontrou definição semelhante em dicionários do século XIX e início do XX. (RIZZINI, 2004, p. 89).

que antes era tido como “caridade”. Tal pressão culminou na criação do primeiro Juízo de Menores do país e na aprovação do Código de Menores em 1927, idealizado por pelo juiz Mello Mattos. (RIZZINI, 2004).

Esse modelo de juízo, cuja estrutura perdurou até nos anos de 1980, estava centrado a ação policial de repressão, como acrescenta Rizzini (2004)

O juízo tinha diversas funções relativas à vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre esta parcela da população, mas é a internação de menores abandonados e delinquentes que atraiu a atenção da imprensa carioca, abrindo espaço para várias matérias em sua defesa, o que, sem dúvida, contribuiu para a disseminação e aceitação do modelo. Pela crescente demanda por internações desde a primeira fase do juízo, percebe-se que a temática popularizou-se também entre as classes populares, tornando-se uma alternativa de cuidados e educação para os pobres, particularmente para as famílias constituídas de mães e filhos. (RIZZINI, 2004, p. 29-30)

As práticas deste modelo estavam centradas na internação, do que eles classificavam como *menores delinquentes*. As ações eram de cunho policial, intervindo diretamente nas delegacias e nas casas de correção, pautando-se no castigo como forma de “salvar” as crianças e adolescente. Porém, em poucos anos, este sistema saturou-se, pois não dava conta da própria demanda. Os juízes já não podiam mais internar todos os casos que chegavam nas delegacias, pois não havia mais estrutura de atendimento para tal (RIZZINI, 2004).

Neste contexto foi adotada a chamada Doutrina da Situação Irregular, que segundo Volpi (2001) divide a infância em duas categorias: as crianças e adolescentes compostos pela infância normal, sob a preservação da família, e os “menores”, categoria que denomina a população infanto-juvenil de rua, fora da escola, órfãos, carentes, infratores. Assim, percebe-se o conteúdo discriminatório nesta caracterização, como pontua Liberatti (2002), “a criança” era o filho do “bem-nascido”, e o “menor”, o “infrator”. Neste sentido, sendo a criança considerada menor, ela e sua família passavam a ser objetos diretos de intervenção por parte do Estado (COSTA, 2004)

No ano de 1942, na vigência do Estado Novo, a partir do Ministério da Justiça, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). O serviço se caracterizava como um sistema penitenciário para menores que eram considerados uma ameaça a sociedade. Era um modelo correcional que acabou dando origem, tempo depois, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), tendo como órgão Nacional da

política a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e como órgãos executores estaduais as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febem). (COSTA, 1990).

Saraiva (2003) pontua que, no SAM, as práticas utilizadas eram de cunho correcional e repressivo, através da institucionalização em internatos de adolescentes autores de infração penal e menores carentes abandonados. Assim, Rizzini (2004) aponta que o SAM tornou-se famigerado no imaginário popular como uma instituição para prisão de menores transviados e uma escola do crime.

Com o golpe militar de 1964, a SAM foi deflagrada para dar lugar a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FEBEM), a qual foi originária da Escola Superior de Guerra, nos moldes do Welfare State. A fundação preservada o discurso assistencial, mas permanecia reproduzindo práticas repressivas e desumanas para com as crianças e adolescentes, as quais eram enquadradas na categoria pejorativa de menores (VOLPI, 2001). Rizzini (2004, p.38) denuncia que “crianças nas ruas, em tempos de “segurança nacional”, constituem fato politicamente incômodo. Causa insegurança na população e expõe as crianças aos riscos da “subversão”.

O Código Mello Mattos de 1927 foi revogado pela Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, instituindo no país um novo Código de Menores. As práticas adotadas pelo código ainda remetiam a repressão e punição por parte do Estado. Desta maneira, criou a categoria “menor em situação irregular”, uma vez que se referia a Doutrina da Situação Irregular, a qual servia como inspiração ao novo regime (RIZZINI, 2004).

O início dos anos de 1980 no Brasil foram marcados por diversas discussões e rupturas sobre o que já era politicamente instituído no país. A ineficácia do sistema criado pelo Código de Menores trazia inquietações e a busca por novas concepções de atendimento e garantias. Rizzini (2004) aponta que neste momento histórico de transição política alguns fatores foram determinantes para a mudança de paradigma, como: os movimentos sociais organizados em suas manifestações; os diversos estudos publicados que ressaltavam as conseqüências da institucionalização sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes e ainda, os elevados custos para a manutenção dos internatos; aprofundamento teórico de diversas áreas do conhecimento sobre o assunto e os protestos dos meninos e meninas internados, evidente nas rebeliões e nas denúncias publicadas pela imprensa.

A movimentação internacional em defesa dos direitos da infância, aliada à luta dos movimentos sociais no país, contrapondo-se ao regime autoritário militar e pela conquista da democracia, culminou com a instauração de um novo campo legal para as políticas de atendimento à infância, em que a criança deixará de ser objeto de tutela para figurar como sujeito de direitos (ANDRADE, 2010, p. 80)

Para isso, a promulgação da Constituição Federal, em 1988, resultado de intensa participação e discussão através dos movimentos sociais, configurou grandes avanços no que se refere aos direitos sociais e à expectativa de concretização do Estado do Bem-Estar Social, evidenciou ainda, a necessidade de descentralizar a política administrativa a partir do papel dos municípios e, especialmente, a garantia de participação da sociedade civil na implementação das políticas sociais (ANDRADE, 2010).

A partir da Carta Magna, inaugura-se uma nova percepção da infância e adolescência e reconhecendo sua cidadania, legitimada pela consolidação de uma legislação especial, em 13 de julho de 1990, através da promulgação da Lei Federal nº 8.069/90 – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA origina-se a partir dos princípios cunhados na Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança, em 1959, e nos artigos 227 e 228 da CF. Representa uma mudança de paradigma no que se refere ao Direito Juvenil, reconhecendo a Doutrina de Proteção Integral como princípio norteador. Essa nova concepção significou o ingresso e reconhecimento das crianças e adolescentes no Estado Democrático de Direito em igualdade com o cidadão adulto, respeitando as particularidades de sua idade e capacidade e da especial condição de pessoas em desenvolvimento (SEGALIN; TRZCINSKI, 2006).

2.1. A MUDANÇA DE PARADIGMA: DA PERSPECTIVA DE PUNIÇÃO A COMPREENSÃO DASOCIOEDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL

A atual legislação relativa a crianças e adolescentes no Brasil, é considerada como um modelo no que se refere às diretrizes internacionais da Doutrina de Proteção Integral (HECHLER, 2009). O Estatuto da Criança e do Adolescente é fruto

de muitas mudanças sociais, de movimentos de luta pela garantia dos direitos humanos, sociais e políticos, os quais fizeram parte da história da sociedade brasileira no período de redemocratização do país.

Neste seguimento, a configuração das políticas públicas para crianças e adolescente no Brasil, que teve seu início na Constituição Federal de 1988, foi fruto de movimentos de luta da classe trabalhadora, a qual reivindicou melhores condições de vida, dignidade e cidadania, num período em que se agravavam cada vez mais as expressões da questão social, consequência de mais de uma década de austeridade e de ajuste fiscal (BEHRING; BOSCHETTI, 2006)

A partir do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamenta-se a política de atendimento à infância e adolescência. Assim, contrariando a prática da Doutrina da Situação Irregular perpetuada historicamente no Brasil, através dos Códigos de Menores, o ECA pressupõe um sistema de garantia de direitos a todas as crianças e adolescentes, baseado na Doutrina da Proteção Integral. Isto é, segundo o Art. 4º do Estatuto

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Com os avanços nos estudos sobre infância e adolescência, o ECA legitima legalmente a situação de pessoa em fase peculiar de desenvolvimento (Art. 6º) o que remonta a visão social frente ao ser adolescente, atribuindo o todos os direitos fundamentais (Art. 3º) e protegendo-o, ao menos no plano legal, de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão (Art. 5º), assegurando-lhe direitos individuais e coletivos (BRASIL, 1990).

Especificamente no que tange o ato infracional, Volpi (2011) refere que a partir do ECA, o adolescente autor de ato infracional passa a ser visto como uma categoria jurídica, e assim, garantindo-lhe a condição de sujeito de direitos, preconizado na Doutrina da Proteção Integral. O autor ainda defende que as Medidas Socioeducativas são uma maneira especial de ter acesso aos direitos políticos, sociais e civis.

Ressalta-se ainda que conforme o Art. 103 do ECA considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. É descrito também o princípio constitucional da inimizabilidade penal aos cidadãos brasileiros em idade inferior a 18 anos, não obstante que a responsabilidade pela conduta começa aos doze anos.

Se verificado a prática de ato infracional, as medidas aplicadas segundo o ECA serão:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (BRASIL, Art. 112, 1990).

Nessa perspectiva, “a medida socioeducativa é, ao mesmo tempo, a sanção e a oportunidade de ressocialização” (VOLPI, 2001, p. 66) pois ela se caracteriza pela dimensão coercitiva, considerando-se a obrigação do adolescente em cumprir a medida e a dimensão educativa, visto que seu objetivo não se reduz à punição, mas à reintegração ao convívio social. Por isso, o campo em que se inscreve as MSE se torna um cenário de disputa, como colaboram os achados da pesquisa:

As medidas socioeducativas se inscrevem no campo da garantia, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, como parte da política de direitos humanos. Porém, subjaz a necessidade de compatibilizar os anseios dúbios, que se refere por um lado, à demanda por segurança da população e, por outro, os imperativos da garantia dos direitos do adolescente em conflito com a lei (SEGALIN, TRZCINSKI, 2006, p.10).

As autoras expõem que ao mesmo tempo que se considera o avanço das legislações no que tange os direitos humanos, é necessário que se considere a dimensão de um Estado penal. Em consequência disso, há um cenário que disputa as MSE como um mecanismo apenas de punição na defesa pela segurança e o fim da “impunidade”.

A produção de conhecimentos sobre a Socioeducação também apresenta contradições, contribuindo, ora com a transformação da realidade social pelo viés dos direitos humanos, ora com a produção da conservação da violação de direitos fundamentais, evidenciando o quão disputado é o campo dos direitos humanos. A natureza sancionatória e socioeducativa das medidas socioeducativas, objetivadas pela responsabilização e a

garantia de direitos fundamentais dos adolescentes em conflito com a lei, encontra dificuldades de compreensão em sua totalidade (AVILA, 2017, p. 12).

Avila (2017) manifesta o objetivo desafiador das MSE, ao passo que se considera as concepções instituídas na sociedade, a partir do contexto da realidade social, a qual estabelece duras desigualdades que refletem o caráter estigmatizante.

É sabido que a responsabilização penal juvenil foi uma das insígnias do Ecriad de 1990, ao reconhecer a/o adolescente como sujeito de direitos e responsabilidades. Assim, a dimensão responsabilizatória provocou mudanças não só quanto à administração da justiça, mas também na ampliação das práticas punitivas dirigidas ao segmento. Desse modo, o modelo garantista, previsto no Estatuto, não se materializa enquanto ordenamento jurídico para todos/as, porque também responde à estrutura seletiva do Estado. (DUARTE, 2016, p. 75)

No que se refere à dimensão responsabilizatória da MSE, Duarte (2016) esclarece que, de certa forma, isto responde aos interesses de uma sociedade que tende a criminalizar uma parcela da população, por isso, torna a MSE esvaziada no sentido protetivo, atendendo à lógica de manter o *status quo*.

É importante ressaltar que de todas as produções acadêmicas encontradas nos bancos de dados analisados, nenhum defendiam ou tratavam a questão da MSE como uma prática importante para a coerção de adolescentes. Todos os achados relacionavam a importância dos direitos humanos para a proteção das crianças e adolescentes, além de ressaltar os avanços sociais obtidos pelo ECA. Mesmo que outras áreas do conhecimento usem outros termos técnicos ou compreenda a questão social sob outro prisma, nenhum estudo se mostrou contrário a Doutrina da Proteção Integral.

A discussão sobre punição e proteção divide diversos autores que estudam o tema. Porém, tende-se a ponderar o avanço obtido com o ECA no que se refere ao rompimento do caráter “menorista” dos códigos passados, mas ainda perpetuando o caráter penal do Estado. Neste sentido, Liberati (2006) pondera a discussão admitindo que

[...] A medida socioeducativa em sua natureza jurídica implica na sanção aplicada como punição ou como reparação por uma ação julgada repreensível. Sua execução, no entanto, deve ser instrumento pedagógico [...] sob o prisma da prevenção especial voltada para o futuro (LIBERATI, 2006, p. 371).

Encontra-se autores que defendem que o atual sistema de medidas socioeducativas busca superar as concepções autoritárias e punitivas, compreendendo que a melhor alternativa para superar a violência é através da emancipação humana, promovendo ações educativas e sociais capazes de apresentar novas possibilidades (AVILA, 2013). Neste sentido, Prates (2002, p. 35) argumenta que “[...] as medidas socioeducativas se bem aplicadas, ou seja, não com o escopo exclusivamente punitivo e sim com o objetivo pedagógico, poderão auxiliar sensivelmente na ressocialização e inibição à reincidência do jovem infrator”.

Por isso, o ECA evidencia que o atendimento às MSE seja feito de forma diferenciada, sem qualquer tipo de repressão, sem descaracterizar, contudo, o processo de responsabilização, como está referido nos incisos 1º, 2º e 3º do Art. 112 do Estatuto

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (BRASIL, 1990).

As medidas aplicadas previstas pelo Estatuto devem respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana e considerar o estado peculiar em que se encontram os adolescentes enquanto pessoas em desenvolvimento. Para isso, essa aplicação necessita do caráter pedagógico e deve promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (LIMA; VERONESE, 2008).

Para executar as Medidas Socioeducativas, conforme as prerrogativas dadas pelo ECA, a legislação dispõe da criação dos Conselhos Tutelar (BRASIL, 1990, Art. 131). Estes têm como função maior zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, quando ameaçados ou violados e, sobretudo, assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Além disso, atribui-se ao Conselho Tutelar o

dever de fiscalizar a operacionalização das medidas de meio aberto, juntamente com o Ministério Público e Poder Judiciário (BRASIL, 2006).

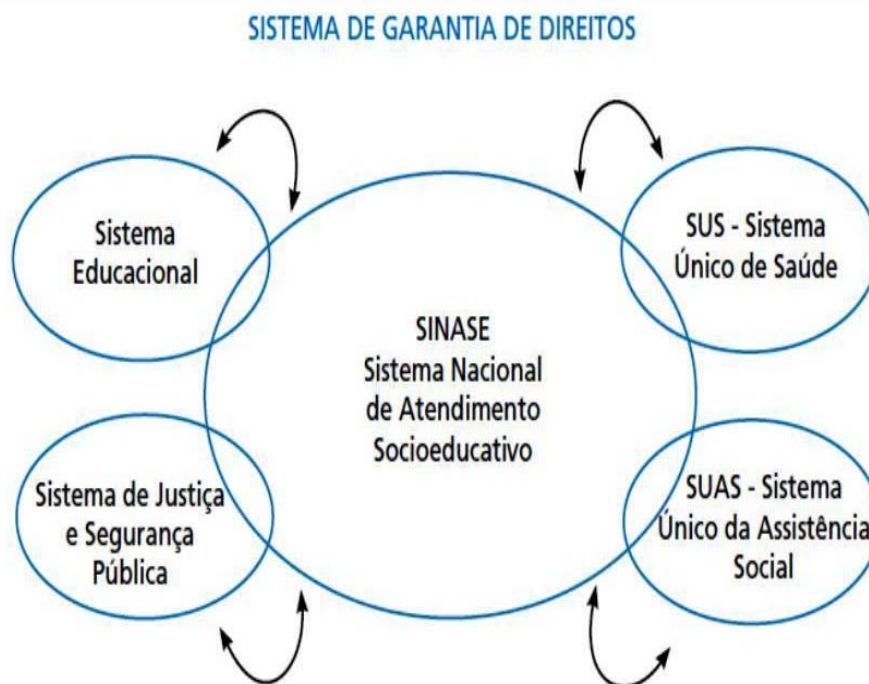
A política de atendimento socioeducativo desenhou-se a partir da criação do ECA, através de parâmetros, normativas e proposições sobre o que deve ser compreendido como Medida Socioeducativa. Posteriormente, algumas questões foram detalhadas por meio da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que deu origem à criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – Resolução nº. 119, de 11 de dezembro de 2006, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assim como pela nova Lei do SINASE - Lei 12.594/12 (AVILA, 2013).

2.2. AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO A PARTIR DA COMPREENSÃO DO SINASE

Atualmente, as Medidas Socioeducativas são orientadas pelo SINASE. O sistema é uma política pública que prevê o atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei. Assim, ele se constitui enquanto um conjunto de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo do ato infracional, até a execução da Medida Socioeducativa (BRASIL, 2006).

Neste sentido, o SINASE busca consolidar e integrar os dispositivos elencados no ECA, a fim de desenvolver uma ação socioeducativa baseada nos princípios dos direitos humanos (BRASIL, 2006). Para isso, busca estabelecer relações com os diferentes sistemas e políticas públicas e sociais, as quais devem complementar a execução das medidas. As políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, cultura, esporte, lazer e outras devem estar interligadas em rede para que se responsabilizem na garantia dos direitos sociais, o que remonta o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Figura 1 – Sistema de Garantia de Direitos



Fonte: BRASIL, 2006.

Conforme expresso na lei (BRASIL, 2012) que regulamenta o SINASE, o Art. 35 dispõe dos seguintes princípios

- I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;
- II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;
- III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;
- IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;
- V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;
- VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;
- VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou **status**; e
- IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo (BRASIL, 2012)

O SINASE reafirma, enquanto política de atendimento, a natureza pedagógica e educativa da medida socioeducativa e prioriza a inserção de medidas

socioeducativas em meio aberto como a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e a Liberdade Assistida (LA), em detrimento das medidas privativas de liberdade (semiliberdade e internação). Assim, compreende-se que a privação deve respeitar o princípio da brevidade e da excepcionalidade. Neste sentido, destaca-se a importância da defesa das medidas em meio aberto, pois

As medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida têm-se revelado as mais eficazes e eficientes entre as propostas pela lei. A exemplo da prestação de serviços à comunidade prevista para o imputável como pena alternativa pelo Código Penal, a medida sócio-educativa correspondente pressupõe a realização de convênios entre os Juizados e os demais órgãos governamentais ou comunitários que permitam a inserção do adolescente em programas que prevejam a realização de tarefas adequadas às aptidões do infrator. (SARAIVA, 2000, p.15)

Compreende-se que a Prestação de Serviço à Comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, de até seis meses de duração. Esta prestação se dá em instituições da região como entidades assistenciais, escolares, programas de saúde e comunitários. As tarefas realizadas se dão de acordo com as aptidões do adolescente. Porém, estas atividades não devem ultrapassar a máxima de oito horas semanais, para que assim, o adolescente possa conciliar a escola, a relação familiar, social e demais atividades (BRASIL, 1990).

Segundo o ECA (BRASIL, 1990) é vedado qualquer tipo de trabalho forçado ou vexatório que exponha o adolescente que está cumprindo a PSC. Portanto, entende-se que durante o cumprimento, o adolescente possa se reconhecer no convívio com a comunidade e colaborar com o trabalho, ao mesmo tempo que possa refletir diante da prática do ato infracional.

A Liberdade Assistida genericamente é entendida como uma “medida socioeducativa em que o adolescente se encontra limitado de alguns de seus direitos devido às condições impostas para que sejam atingidos os objetivos pedagógicos”³. Será aplicada sempre que configurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Tem prazo mínimo de seis meses, podendo ser a qualquer tempo prorrogada, revogada ou substituída por outra medida socioeducativa. Segundo Saraiva (2000) a LA deveria ser a “medida de ouro”, pois é através dela que se dá o acompanhamento escolar, familiar e

³ CURY, Munir (org). **O ato infracional e as medidas socioeducativas: uma visão geral. Infância e Cidadania** n. 2. InorAdopt. 1998, p.37.

comunitário do adolescente, além de poder estimular o exercício reflexivo sobre o ato infracional.

A possibilidade de cumprimento em liberdade proporciona a viabilidade da garantia dos direitos previstos nas legislações, de forma que o viés protetivo possa inserir este adolescente em espaços educativos e comunitários, junto à convivência familiar, para que desta maneira a reincidência do ato infracional não se torne a única opção.

Sendo assim, a dimensão socioeducativa significa, para além da reflexão, a garantia dos direitos sociais e a busca pela tomada de consciência através do exercício da cidadania. Espera-se que por meio do acesso aos direitos fundamentais, o processo socioeducativo possa contribuir para que os adolescentes venham a atuar como cidadãos e que não reincidam na prática de atos infracionais (OLIVEIRA et al, 2010). Desta maneira, conceitua-se como socioeducação

A socioeducação tem um papel fundamental. O de atuar como espaço de mediação entre os adolescentes e jovens e a sociedade, de forma a contribuir efetivamente para o seu retorno ao convívio familiar, comunitário e social, auxiliando-os a usufruir de sua liberdade, sem o cometimento de novos atos infracionais. Ou seja, o papel da socioeducação, constitui-se em encontrar meios para educar adolescentes e jovens para a vida em liberdade (SILVA, 2012, p. 98).

Desta forma, já se constatou que o rigor da aplicação das medidas, ou seja, a privação de liberdade, de nada tem melhorado a inclusão social dos egressos do sistema socioeducativo (BRASIL, 2009).

Ao adolescente, a submissão a uma medida socioeducativa, para além de uma mera responsabilização, deve ser fundamentada não só no ato a ele atribuído, mas também no respeito à equidade (no sentido de dar o tratamento adequado e individualizado a cada adolescente a quem se atribua um ato infracional), bem como considerar as necessidades sociais, psicológicas e pedagógicas do adolescente. O objetivo da medida é possibilitar a inclusão social de modo mais célere possível e, principalmente, o seu pleno desenvolvimento como pessoa (BRASIL, 2006, p. 28).

Compreende-se que o ato infracional possa se constituir em fonte de vulnerabilidade social e de ruptura de vínculos familiares e comunitários para os adolescentes. O trabalho articulado em rede, com outras políticas setoriais, tem uma tarefa a cumprir junto ao Sistema Socioeducativo, na direção da garantia de direitos.

Para isso, a execução das MSE, a partir do advento do SINASE, se origina no conceito da municipalização. O objetivo é que o cumprimento da medida seja realizado no limite geográfico do município, com vistas a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família dos adolescentes envolvidos (BRASIL, 2006). Quanto às medidas de meio aberto, a legislação esclarece que

[...] a municipalização das medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade é ainda mais premente, uma vez que elas têm como locus privilegiado o espaço e os equipamentos sociais do Município. Nelas há maior efetividade de inserção social, na medida em que possibilitam uma maior participação do adolescente na comunidade, e, ao contrário das mais gravosas, não implicam em segregação (BRASIL, 2006, p. 30).

Sabe-se que de 1990 até o ano de 2006 a operacionalização das MSE se deu de diferentes formas, pois era de responsabilidade dos municípios a organização e implementação. No município de Porto Alegre, por exemplo, as Medidas Socioeducativas já eram executadas pela política de assistência social, a qual pertencia, na época, à Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC). Nesta perspectiva, desde 1998, a prefeitura, a partir de proposituras do Juizado da Infância e da Juventude, desenvolveu de ações conjuntas, com o objetivo de constituir o Programa Municipal de Execução de Medidas Socioducativas em Meio Aberto, iniciando pela execução da Medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) (PORTO ALEGRE, 2000).

2.3. AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO SUAS

A partir do ano de 2010, com a municipalização instituída a partir do SINASE, é de responsabilidade dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) executar as medidas de meio aberto: Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e a Liberdade Assistida (LA).

Neste sentido, é a nova configuração da política de Assistência Social que prevê, a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre outras atribuições, a prestação de atendimento socioassistencial aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de

serviços à comunidade, bem como aos seus familiares, nos chamados serviços de média complexidade.

Entende-se assim, que a Política de Assistência Social é uma política de Proteção Social, que se propõe a garantir os atendimentos das necessidades sociais dos que dela necessitam, sejam cidadãos ou grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou risco social (BRASIL, 2004). Prevê um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios que são ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das inconstâncias sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo de sustentação afetiva, biológica e relacional (BRASIL, 2004).

No que se refere ao CREAS, segundo as orientações do Ministério de Desenvolvimento Social (BRASIL, 2011) é seu papel

Ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violações de direitos, conforme dispõe a tipificação nacional de serviços socioassistenciais.

A gestão dos processos de trabalho na unidade, incluindo a coordenação técnica e administrativa da equipe, o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, a organização e execução direta do trabalho social no âmbito dos serviços ofertados, o relacionamento cotidiano com a rede e o registo de informações, sem prejuízo das competências do órgão gestor de assistência social em relação à unidade. (BRASIL, 2011, p.23)

Dentro desta lógica de atendimento, denominada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), O CREAS atende questões complexas de violação dos direitos humanos, como por exemplo, violência sexual, psicológica, afastamento do convívio familiar e comunitário, situação de rua e mendicância, trabalho infantil, exploração sexual, entre outros. O que assim o caracteriza dentro da Proteção Social Especial⁴.

Os serviços ofertados pela instituição são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de

⁴ O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, a qual tem por objetivo prevenir os de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos (BRASIL, 2004).

Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à comunidade (PSC).

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014), o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa tem como objetivo promover a atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Assim, deve contribuir ao acesso e a garantia de direitos, para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos mesmos.

Desta forma, o trabalho deve-se dar no sentido de assegurar vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; garantir o acesso aos direitos sociais, inclusão nos serviços de proteção, como: escola, trabalho educativo e cursos profissionalizantes. Também proporcionar, experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando modos de pensar, agir e atuar coletivamente (BRASIL, 2014).

Para isso, as orientações técnicas dos CREAS (BRASIL, 2011) traz como atividades essenciais para o trabalho com medidas socioeducativas a elaboração do PIA (Plano Individual de Atendimento); os atendimentos aos adolescentes, tanto individual quanto em grupo; atendimento às famílias, articulando com o PAEFI; acompanhamento da frequência escolar do adolescente; a elaboração e encaminhamento de relatórios sobre o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (LA e PSC) ao Poder Judiciário e Ministério Público; elaboração e encaminhamento de relatórios quantitativos ao órgão gestor sobre atendimentos realizados e a articulação do trabalho em rede.

Para a realização deste trabalho, a NOB-RH/SUAS (2006), institui como equipe essencial do CREAS, num município de grande porte (metrópole) os seguintes profissionais: 1 (um) Coordenador, 2 (dois) Assistentes Sociais, 2 (dois) Psicólogos, 1 (um) Advogado, 4 (quatro) profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) e 2 (dois) Auxiliares Administrativos.

E ainda, conforme expresso no caderno de orientações (BRASIL, 2011), a equipe de referência deve ser ampliada considerando a realidade de cada município e a capacidade de atendimento de cada Unidade. Sendo assim, em razão da complexidade das situações atendidas no CREAS, as equipes deverão ter acesso à

qualificação técnica continuada, a fim de aprimorar o conjunto de conhecimentos e habilidades compatíveis à natureza e os objetivos dos serviços ofertados, bem como com as atribuições pertinentes à função exercida no CREAS.

Portanto, como visto pela NOB-RH/SUAS (2006), a assistente social é uma das trabalhadoras aptas no atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, e neste sentido, considera-se necessário refletir sobre como se constitui o trabalho desta profissional, frente aos desafios de contribuir para o atendimento integral e para que, de fato, o cumprimento da medida não seja uma mera reprodução punitiva e sim, contemple a perspectiva socioeducativa na lógica do entendimento e atendimento integral dos adolescentes.

3. BREVES ANÁLISES SOBRE A CATEGORIA TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

Na história do Serviço Brasileiro, nem sempre houve a compreensão de que o fazer e as atribuições do assistente social se caracterizavam como trabalho. Segundo Carvalho e Iamamoto (2007) a profissão tem sua origem ligada à Igreja Católica, compreendendo a caridade como intervenção. Em decorrência disto, a grande parcela inserida neste processo eram de mulheres vinculadas aos setores mais abastados da sociedade, e que viam como “missão” intervir junto às famílias operárias.

Neste sentido, o Serviço Social se legitima através da Ação Social e Ação Católica e que assim se vincula diretamente à doutrina social da Igreja, por isso

Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p.83)

No seu início, tem o referencial teórico ligado ao Serviço Social belga, assim, as primeiras assistentes sociais tinham a função exercer o controle social sob os trabalhadores. A então concebida “prática” estava vinculada aos interesses da burguesia que se mostrava apreensiva com uma possível mudança do *status quo*.

Assim as intervenções não atendiam aos interesses da classe trabalhadora e sim da burguesia

A identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava a produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital. Tal identidade era, portanto, especialmente útil para burguesia, pois além de abrir os canais necessários para realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade (MARTINELLI, 2009, p.124).

A fragilidade do referencial teórico, constituiu historicamente a profissão sem uma identidade expressa. Se constituiu de maneira premeditada a interesses bem definidos. Era difícil estabelecer uma consciência coletiva num contexto tão repressor e ausente de sentido crítico. A “prática” se deu de forma emergencial, suprindo apenas o que era aparente e superficial, sem se aprofundar na realidade concreta na trama das relações sociais. E é assim que se consolidada, inicialmente a “prática profissional” das assistentes sociais. Com intervenções que se baseavam no modo de viver da burguesia e como ela esperava que os demais levassem a vida. Na inversão dos valores, a prática se tornou repressiva, controlando as ações e vida da classe trabalhadora e assim, cada vez mais se distanciando dos interesses dos mesmos (MARTINELLI, 2009).

Derivado disto, a figura da profissional se vincula ao caráter vocacionado e missionário, capaz de salvar os pobres e os oprimidos, se eximindo enquanto partícipe da classe trabalhadora, fragilizando a luta sindical e as reivindicações referentes aos direitos trabalhistas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

No entanto, a profissão acompanhou as tendências políticas da sociedade brasileira. Na metade da década de 1960 e prolongando-se por quase duas décadas, um processo de inquietação na categoria profissional frente às ações conservadoras perpetuadas historicamente pelo Serviço Social. Dessas inquietudes, denomina-se o Movimento de Reconceituação que eclode na América Latina (IAMAMOTO, 2010).

O Movimento de Reconceituação inicia pela contestação ao tradicionalismo profissional, questionando os modelos de intervenção importados, o qual apontava para as ações de cunho paliativo, burocrático, compreendendo os “problemas

sociais” como responsabilidade de cada indivíduo, sem qualquer aprofundamento teórico que vislumbrasse uma nova ordem societária (IAMAMOTO, 2010).

Tal questionamento se gesta no contexto das profundas mudanças que se operavam no nível continental, presididas pela forte efervescência das lutas sociais, demarcadas por um ciclo expansionista do capitalismo no cenário mundial. Esse quadro histórico não fertilizou somente o Serviço Social: no seu conjunto, as ciências sociais se indagam quanto aos seus parâmetros teóricos-explicativos e ao seu papel; ampliam e renovam sua pauta temática, em resposta aos novos desafios históricos emergentes no continente (IAMAMOTO, 2010, p. 206).

Neste contexto de lutas e disputas políticas, o Serviço Social brasileiro inicia seu processo de formulação e amadurecimento profissional, e assim, o Movimento de Reconceituação, como aponta Netto (2010) é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social tradicional. No entanto, este processo se deu de modo conturbado devido ao período do Regime Militar, o qual afogou diversos movimentos estudantis e sindicais, mas que ainda assim, a categoria se organizou através de seminários de discussão, no que acabou resultando na difusão da teoria crítica.

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. É desnecessário dizer que esta repercussão não foi idílica: envolveu fortes polêmicas e diferenciações no corpo profissional – o que, por outra parte, é uma saudável implicação da luta de ideias (NETTO, 2006, p. 11).

Essas discussões se difundiram em algumas teorias que ganharam centralidade nas produções teóricas na América Latina, segundo Yazbek (2009), as três vertentes em questão foram: a vertente modernizadora, vinculada às abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, a qual tinha como objetivo “uma modernização conservadora”, direcionada à qualificação técnica para o ajustamento e integração dos sujeitos à sociedade; a vertente ligada à fenomenologia, que defende a intervenção do trabalho a partir da singularidade dos sujeitos, prioriza as concepções de pessoa, diálogo e transformação social dos

sujeitos; e por fim, a vertente marxista, que trouxe o conceito de luta de classes e a inserção da profissão nas relações sociais.

Iamamoto (2010) refere que o Movimento de Reconceituação trouxe eixos de preocupação fundamental para a categoria profissional, os quais seriam: compreensão e reconhecimento da dependência dos países latino americanos em relação com os países cêntricos, razão que importou conhecimento tanto para o Serviço Social, quanto para ciências sociais e econômicas; a reconstrução do Serviço Social, a partir da construção de um projeto profissional que atendesse às características latino-americanas; a politização da ação profissional, comprometendo-se com a transformação social; a necessidade de estabelecer um status científico ao Serviço Social; e como último eixo seria a reformulação da formação profissional, articulando ensino, pesquisa e prática profissional.

Como consequência da criação dos cursos de pós-graduação percebe-se o amadurecimento teórico do Serviço Social brasileiro que a partir da década de 1970 inicia um processo de solidificação teórica. Segundo Yazbek (2009) o resultado deste processo permitiu que a profissão desse um salto qualitativo na produção teórica, além de qualificar o debate que favoreceu a construção de um projeto profissional.

Neste contexto de amadurecimento teórico da categoria, o Serviço Social se aproxima dos movimentos sociais de esquerda e de setores da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação, o que aproxima a categoria aos interesses da classe trabalhadora. No entanto, essa aproximação se deu de forma muito superficial, pois no contexto de censura e repressão por parte do Regime Militar, o acesso aos livros de Marx eram limitados, por isso, neste momento não há uma apropriação ontológica do pensamento de Marx (ZACARIAS, 2013, apud BARROCO, 2008) como demonstra o achado da pesquisa

Esta influência contribuiu para que parte dos assistentes sociais atuantes exercesse uma atuação sob a perspectiva da emancipação, se deslocando dos campos institucionais para os movimentos sociais, desenvolvendo uma prática mais próxima da militância do que a profissional propriamente dita. Este processo foi revisto e, por alguns, considerado inadequado, pois os assistentes sociais abriram mão de ocupar os espaços institucionais ao acreditarem serem estes locais somente de reprodução da ideologia burguesa, não percebendo as disputas e as possibilidades presentes (ZACARIAS, 2013, p.60).

A partir da década de 1980, a efervescência dos movimentos sociais cresce no Brasil, acompanhando a luta pela redemocratização do país, o que reflete para o Serviço Social, o qual cada vez mais se aproxima da luta da classe trabalhadora. Em 1979 ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que foi intitulado como Congresso da Virada e se tornou um marco no processo de politização e mobilização dos profissionais e estudantes de Serviço Social (NETTO, 2009)

[...] o III Congresso operou uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país. Se o protagonismo operário, quebrando o monopólio do comando burguês na frente democrática, impediu a consecução do projeto de auto-reforma do regime, o III Congresso quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político (NETTO, 2009, p. 30-31)

Assim, a profissão inicia um novo momento, assumindo o compromisso com os interesses da classe trabalhadora e compreendendo que o trabalho da assistente social deve estar sintonizado com as necessidades sociais dos mesmos e não da classe dominante. Há um crescimento das produções acadêmicas em consonância com a teoria crítica marxista que situaram o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, entendendo que as assistentes sociais são trabalhadoras que vendem sua mão-de-obra para se realizar enquanto tal, e que por isso, estão sujeitas aos processos alienatórios e à exploração do seu trabalho (ZACARIAS, 2013).

Dessa maneira, todo este processo de luta e amadurecimento teórico resultou na construção de um novo projeto ético-político profissional, vinculado a um projeto societário propondo uma nova ordem social, voltado à equidade e a justiça social numa perspectiva de universalização ao acesso de bens e serviços referentes às políticas sociais. Assim, a profissão assume seu compromisso com a classe trabalhadora investindo em aprimoramento intelectual, baseado na qualificação acadêmica e alicerçada na concepção do materialismo histórico e dialético.

Com a ruptura do conservadorismo, a categoria trabalho para a profissão se torna central por ter esta dimensão de ser fundante do ser social, e ser uma

atividade própria do ser humano. É por meio dele que o homem se afirma com o um ser que dá respostas às suas necessidades (IAMAMOTO,2010). Além disso, compreende-se que o trabalho inserido no contexto do capital, traz consequências aos trabalhadores por meio de sua relação Capital x Trabalho que gera desigualdades, e que se configura como expressões da questão social, objeto de trabalho das assistentes sociais.

Neste sentido, reconhecer este “fazer” profissional na perspectiva de trabalho é contextualizar o lugar desta profissão na luta de classes e problematizar, a partir da inserção da assistente social em distintos processos de trabalho, seu objeto, meios e o produto atravessado pelos determinantes que este sistema impõe.

3.1. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL

Compreendendo que o Serviço Social tem o trabalho como categoria central, e que segundo lamamoto (2010) para existir o trabalho é necessário que se tenham os meios, a matéria-prima ou o objeto em que se incide a ação transformadora do trabalho. Estes elementos são constitutivos para qualquer processo de trabalho, em qualquer sociedade, porém, a autora explicita que

A referência é aqui a sociedade capitalista madura da periferia dos centros hegemônicos mundiais, em que os processos de trabalho não se dissociam dos processos de produção de valor e de mais-valia ou de sua distribuição. Não se pode excluir ainda os trabalhos situados privilegiadamente no campo político-ideológico, destacando-se aqueles inscritos na esfera estatal, voltados à manutenção da ordem e à criação de consensos de classes e numa sociedade marcadamente desigual, que assegurem a reprodução social. (IAMAMOTO, 2010, p. 95).

O trabalho da assistente social é reconhecido por sua dimensão interventiva, possui uma finalidade, que se utiliza de instrumentos e meios para a intervenção em seu objeto ou matéria-prima. Entretanto, é importante destacar que não existe um processo de trabalho único e exclusivo do/a assistente social, mas sim, a assistente social é partícipe dos processos do campo de trabalho ao qual está inserida. Compreende-se assim que a profissão não é a única responsável para o atendimento das demandas que se manifestam nos espaços sócio-ocupacionais, mas também faz parte das profissões que atendem tais demandas, a partir dos

processos de interdisciplinariedade e intersetorialidade instituídos nas políticas sociais.

Neste sentido, Yamamoto (2010), aponta que a matéria-prima do/a trabalho desenvolvido pela assistente social se constituiu nas expressões da questão social, e que assim são abordadas pelos/as profissionais nas diferentes políticas sociais, sejam nas expressões de: pobreza, nas violências, na discriminação, opressão que envolvem as questões de gênero, precariedade ou falta de habitação, etc. Para o (re)conhecimento do objeto a assistente social necessita de recursos indispensáveis, no que se refere à sua intervenção. Neste sentido, a pesquisa é uma aliada neste processo e não uma “atividade complementar”, o acesso aos bancos de dados dos Censos Oficiais, além de pesquisas nacionais, contribuem para o conhecimento da realidade social, a fim de buscar uma ação transformadora, ou seja, utilizar-se do processo investigativo para intervir com qualidade.

O outro elemento constitutivo é o trabalho vivo, segundo a mesma autora (2010), é preciso existir o trabalhador para que exista a força de trabalho. E no contexto do capitalismo, a força de trabalho torna-se mercadoria e ao aliar-se aos meios de produção e à matéria prima, transforma-se em trabalho, criando um preço em troca de um salário.

No entanto, sabe-se que esta discussão e apropriação da centralidade da categoria trabalho no Serviço Social brasileiro, embora assumida teoricamente e demarcada nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, ainda é tema de muitas polêmicas e distanciamentos do que está preconizado. Neste sentido, compreende-se a necessidade de resgatar reflexões e aproximações conceituais para demarcar de qual trabalho se está referindo nesta monografia.

3.2. APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS: DO QUE FALAMOS QUANDO UTILIZAMOS A CATEGORIA TRABALHO

Para iniciar a reflexão sobre a categoria trabalho, entende-se que é necessário pontuar a concepção e a reflexão teórica de que se parte. Para compreender o trabalho dentro de suas expressões na sociedade, de uma forma crítica, é

necessário situar o modo de produção que predomina na sociedade, que é o modo de produção capitalista. O mesmo infere as relações sociais pois trata-se de uma

Organização da sociedade na qual a terra, as fábricas, os instrumentos de produção etc. pertencem a um pequeno número de proprietários fundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e, por isto, deve vender sua força de trabalho. (LÊNIN, apud NIKITIN, s.d., p. 53, apud NETTO & BRAZ, 2010, p.88)

Neste sentido, o modo de produção capitalista funda-se na exploração do trabalho, no lucro e na produção de mais-valia⁵. Elementos estes, que condicionam os/as trabalhadores as piores formas de exploração do trabalho. O trabalho anuncia sua contradição eminente e, sem jamais deixar de considerar a exploração impressa pelo modo de produção capitalista, Marx sinaliza que o mesmo é

[...] É um processo entre o homem e a natureza, é um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...] não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho [...] pressupomos o trabalho de uma forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza ao mesmo tempo na matéria natural, o seu objetivo. (MARX, 2006, p. 211)

Sendo assim, Marx (2006) sinaliza a contradição do trabalho, evidencia a necessária luta de classes mas também se encontra em seus escritos que o trabalho

⁵ Mais-valia: Segundo Marx, a mais-valia aparece como a alma do capitalismo, uma condição indispensável para o funcionamento do sistema de produção como tal, de modo que sem a exploração e a disparidade econômica, não poderia existir o sistema como conhecemos hoje. Para o autor, o modo de produção capitalista tem como essencialidade básica a exploração sistemática do proletário. O conceito de mais-valia elucida essa questão ao apresentar a diferença entre o que o proletário produz para o burguês, o valor de seu trabalho, e o seu salário, o valor que recebe de volta pela venda de sua mão de obra. As condições indispensáveis para que fosse possível a produção da mais-valia necessária seriam principalmente a desigualdade econômica em si, que geraria um grande “exército” proletário, que, sem controle dos meios de produção, não teria escolha ao não ser vender sua mão de obra e seu tempo, sob as condições impostas por aqueles que detém os meios de produção, os burgueses. Ou seja, observa-se aqui o círculo vicioso do capitalismo, onde através do acúmulo de capital, os burgueses criam a desigualdade econômica que os permite colocar grande parte da população numa situação indigente que os obriga a vender seu trabalho de volta ao burguês sob quaisquer condições que os burgueses estipulem, gerando a mais-valia e girando a engrenagem industrial que perpetua a disparidade e permite que o capitalismo se renove. MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. Ver mais em NETTO & BRAZ. Economia política: uma introdução crítica. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 4, p. 95-123.

é um processo de transformação da natureza, e que assim, traz sentido a vida do homem, ao mesmo tempo que traz identificações. Se o homem se diferencia do animal pela capacidade de projetar o trabalho antes em sua consciência, tendo em si a teleologia do trabalho, a categoria ontológica se apresenta como a função social exercida pelo mesmo, ou seja, a finalidade social do trabalho. Na contemporaneidade, com os processos de reestruturação produtiva instaurados, cada vez mais o trabalho intensifica seu caráter fragmentado, isolado e esvaziado de sentido. GuiraldeLLi vislumbra o trabalho no contexto do capitalismo financeiro como um

[...] Mecanismo que satisfaz as necessidades humanas imediatas e contribui para a sobrevivência familiar, ou seja, se apresenta como possibilidade de consumo de mercadorias, bens e serviços, além de atender determinados anseios individuais incitados pela cultura mercantil fetichizada, e não como uma atividade direcionada à criação e à liberdade, que provoca rupturas e superações. (GUIRALDELLI, 2011, p. 248)

Na era do capital, o trabalho se assume como alienado, ao passo que aprisiona os trabalhadores a uma sociabilidade de ordem burguesa, e que desta maneira, os põe em uma situação de desmobilização, desprovida da consciência de classe que o pertence, reproduzindo a dominação contra ele mesmo. Porém há um caráter contraditório, pois o mesmo trabalho que é estranhado pelo trabalhador, ainda contém sociabilidade, linguagem e cultura. Ele traz cooperação entre homens na produção do produto final e o reconhecimento do homem enquanto ser humano, e por isso, não perdeu o seu caráter ontológico (BARROCO, 2005). Assim, já que o trabalho possui um grau de importância significativo para as relações sociais estabelecidas, é imprescindível destinar reflexões que pensem a sociedade e suas relações a partir desse eixo estruturante, buscando análises nos possibilitem desvendar as relações cotidianas que são impostas ao conjunto de trabalhadoras(es).

A partir dos anos de 1970 e 1980 as transformações do capitalismo eclodiram um novo padrão de acumulação com a adoção do toyotismo, que denominou-se como processo de acumulação flexível e como afirma Antunes “uma divisão de mercados, desemprego, divisão global do trabalho, o capital volátil, e fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica” (2009, p. 52). Apesar do aumento da tecnologia e automação, a exploração do trabalho se intensifica, no que

se refere à implantação do sistema *just in time*⁶. Em consequência disso, muitos países com economias industrializadas vivenciaram um grande crescimento econômico. Com a crise do petróleo em 1973, as novas perspectivas sociais desmoronam e este contexto traz graves consequências para o mundo do trabalho, considerando que

Essa crise se traduz, por parte do capital, na queda tendencial da taxa de lucro, no desgaste do padrão taylorista-fordista de produção, na desestruturação do Welfare State e na hipertrofia do sistema financeiro. Para o trabalho, reflete o insuficiente atendimento das necessidades sociais da maior parte das populações no mundo, os elevados índices de pauperização, a precarização e a flexibilidade das relações de trabalho, a intensificação da exploração e a emergência do fenômeno do desemprego estrutural. Torna-se evidente a incapacidade das forças econômicas de controlar, através do fordismo e das políticas keynesianas, as contradições imanentes ao desenvolvimento capitalista (SOUZA, 2012, p. 145).

Percebe-se então que as respostas para essa crise é a mundialização com a quebra das fronteiras nacionais, o neoliberalismo, minimização dos direitos sociais, reestruturação produtiva e a precarização do trabalho (COSTA, 2014). O vínculo de trabalho se fragiliza, com a onda neoliberal, as tendências de contratação se dão por meio de terceirização e flexibilização da jornada de trabalho, o que mascara a exploração. Este tipo de gestão do trabalho se diferencia do taylorismo e fordismo exatamente neste ponto, pois os outros modelos deixavam evidente a exploração da força de trabalho mediante as coerções e punições organizava-se a vigilância dos(as) trabalhadores(as) nas fábricas e empresas

[...] a coerção cedeu lugar à motivação, ao trabalho em grupo, à autonomia e à criatividade, marcando decisivamente a peculiaridade do ideário da gestão participativa, inspirador das formas de controle capitalistas contemporâneas. [...] É a tendência da modernização que impõe o incremento de formas de gestão que, antes centralizadas no controle dos tempos e movimentos e no aperfeiçoamento técnico, incorpora, na atualidade, como elementos significativos a cooperação e o envolvimento do trabalho na administração gerencial (SOUZA, 2012, p. 149).

⁶ Traduzido para o português: “Na hora certa”.

Antunes (2011) traz a discussão do trabalho na contemporaneidade como um trabalho extremamente precarizado, instável, com contratos temporários e terceirizados, de maneira informal, sem qualquer acesso aos direitos. E a consequência das tendências presentes no século XX é de destruição dos direitos trabalhistas, o qual caminha para as formas de empreendedorismo, corporativismo e trabalhos voluntários sob o mando da flexibilização.

Neste sentido, pensar o trabalho atualmente, é compreender os processos de crise do capital e com ele o fortalecimento da exploração da força de trabalho. Em tempos de crise, quem perde são os trabalhadores(as), as reformas trabalhistas e previdenciárias demonstram o alinhamento do Estado com as grandes corporações a fim de “salvar” o capital do contexto econômico. Por isso, o capitalismo se organiza e busca saídas para as crises em prol da acumulação de riqueza, tendo como alvo central o trabalho, afinal é através da força do(a) trabalhador(a) que o capital acumula riqueza; sem ele, nem a sociedade existe, nem o capital se valoriza.

No entanto, a partir das crises do capital a questão social⁷ vem assumindo novas manifestações e configurações, justamente pela forte relação com o mundo do trabalho em que se estabelece nas formas de organização, gestão e regulação no âmbito do Estado e das políticas públicas (RAICHELIS, 2011). Esta organização do trabalho, em tempos de capital

[...] atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, p. 422).

Dentre os espaços ocupacionais onde trabalha a assistente social, encontra-se conforme já mencionado neste trabalho anteriormente, o Centro de Referência de Assistência Social e, a partir da elucidação sobre qual a concepção de trabalho se analisa o trabalho das assistentes sociais nos diferentes espaços, e a partir da

⁷ Segundo Iamamoto (2010, p.27) “A questão social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

vivência do Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social no atendimento das Medidas Socioeducativas de meio aberto, juntamente com a pesquisa realizada nesta produção, é possível refletir sobre os desafios e perspectivas postas às assistentes sociais por meio de seu trabalho no que se refere a promoção da garantia de direitos a partir das novas legislações.

4. DESVENDANDO O TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: REFLEXÕES A PARTIR DOS ACHADOS DA PESQUISA ARTICULADOS COM AS VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

No ano de 2016 a aluna se inseriu, através do estágio obrigatório supervisionado em Serviço Social, vinculado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no município de Porto Alegre/RS. A experiência pode proporcionar maior aproximação com o trabalho da assistente social no atendimento e acompanhamentos das Medidas Socioeducativas.

Para iniciar as reflexões sobre as especificidades do trabalho neste âmbito, considera-se importante ressaltar que os parâmetros que orientam este fazer, estabelecem que a profissão, dentro do espaço do CREAS, tem como objetivo a superação e a prevenção das violações de direitos humanos, através das articulações com as políticas sociais, dando por finalidade a autonomia e emancipação da população a qual acessa o serviço. Além disso, assume o compromisso de participação nas reuniões de rede, assembleias e conselhos de Assistência Social, articulação com outras políticas (CFESS, 2011)

A expansão da política de assistência social vem demandando cada vez mais a inserção de assistentes sociais comprometidos/as com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Isso requer o fortalecimento de uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e com as organizações populares de defesa de direitos (CFESS, 2011, p. 4).

Para isso, é necessário que as assistentes sociais tenham estratégias de intervenções no seu trabalho, de acordo com a competência e a relativa autonomia profissional, capaz de dar resposta às demandas colocadas no cotidiano.

Considerando que a questão social é o objeto do trabalho profissional das assistentes sociais, coloca-se como necessário pesquisar e conhecer a realidade social a qual se pretende incidir, no sentido de trazer intencionalidade para ação profissional. Para dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social a profissional necessita de instrumentos de trabalho que possam estar amparados e legitimados a partir da bagagem teórico-metodológica com vistas a garantir a direção ético-política da categoria. Assim, anuncia-se as três dimensões indissociáveis do trabalho da assistente social, as quais são: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

A partir destas dimensões é possível criar e refletir as estratégias e técnicas de intervenção profissional, com base nas seguintes questões: “o que fazer?”, “por que fazer?”, “como fazer?” e “para que fazer?”. Desta maneira, além da construção operacional é preciso articular a dimensão ontológica do trabalho, considerando o trabalho da assistente social.

Neste sentido, a capacidade de ler, de interpretar, de se relacionar com o ser social, se referem à dimensão teórico-metodológica, o que a faz estar diretamente relacionada com a maneira de explicar a sociedade a partir das particularidades que a constituem. Para isso, as Diretrizes Curriculares que orientam os cursos de Serviço Social no Brasil aderem a teoria social crítica e do método materialista-histórico-dialético, como orientação teórico-metodológica (ABEPSS, 1996).

[...] o método e a teoria marxiana como matriz explicativa que sustenta as principais formulações teóricas contemporâneas do Serviço Social. Contudo, método e teoria marxiana apreendidos em uma relação unitária e dialética, como pressuposto da profundidade do potencial analítico da teoria social marxiana, que articula a dimensão filosófica, a dimensão material ou concreta, e a dimensão política (PAULA, 1992). Assim, o método em sua tradição filosófica, dialética e materialista – Pressupondo o primado ontológico das relações sociais na constituição da consciência humana e a apreensão do real em suas múltiplas determinações – é indissociável das principais teorias marxianas na abordagem da natureza da sociedade capitalista: a teoria do valor - trabalho, a teoria da alienação e a teoria da revolução, que se encontram no conjunto da sua obra (CLOSS, 2015, p. 35).

Closs (2015) evidencia que a partir disto a profissão tem o compromisso de produzir conhecimentos que desvendem a realidade, criando novas possibilidades de trabalho vinculadas com processos emancipatórios. Assim, esta competência se torna essencial na formação das assistentes sociais, visto que é a teoria que irá iluminar o significado social da ação, ultrapassando o conhecimento do senso comum.

Neste sentido, iluminada por uma matriz teórica crítica, a assistente social é capaz de responder às demandas sociais, a partir de um repertório de técnicas que são fruto das pesquisas e do avanço tecnológico e patrimônio das profissões sociais, mas também um conjunto de estratégias e táticas desenvolvidas, criadas e recriadas no processo histórico, no movimento da realidade (GUERRA, 2004).

É na articulação da dimensão técnico-operativa com as demais dimensões da intervenção profissional que é possível materializar em ações, as concepções teórico-metodológica e ético-política que orientam o profissional. Neste sentido, a escolha dos instrumentos e técnicas está intimamente relacionada aos objetivos e às finalidades da profissão. Desta forma, destacamos o cuidado necessário aos profissionais para não caírem na supervalorização dos instrumentos com um fim em si mesmo (SANTOS, 2013, p.27-28).

Santos (2013) destaca que as ações da profissão se materializam através das estratégias e instrumentos utilizados, as quais estão em consonância com o objetivo em que se deseja alcançar, seja nos atendimentos ou acompanhamentos realizados. Para isso é necessário que tais instrumentos sejam orientados pelos fundamentos e princípios éticos que norteiam a profissão. As ações desenvolvidas pelas assistentes sociais, devem estar de acordo com o Projeto Ético-Político, no

sentido do compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação da cidadania, com a qualidade dos serviços prestados, com a luta em favor da equidade e da justiça social. Assim, devem ser privilegiados instrumentos que tenham caráter democrático, coletivo, menos burocrático e alinhados com a realidade de intervenção.

No que tange a dimensão ético-política é importante sinalizar que a ética ocupa um lugar na relação das pessoas com a sociedade e para o assistente social

[...] não basta a fundamentação teórico-metodológica para imediatizarmos uma ação transformadora; a reflexão ética que fará justamente a mediação entre esse saber teórico-metodológico e os limites e possibilidades, decorrentes das relações valorativas do homem em sociedade, para a prática profissional. Enquanto inserido no processo de reprodução das relações sociais, o assistente social competente deve ter clara a conotação política de sua prática profissional e as possibilidades e limites de uma ação comprometida (BONETTI, 1998, p. 125).

Portanto, é necessário que se tenha clareza do compromisso social e político da profissão, tendo coerência na postura e no exercício profissional, a partir dos princípios legitimados através do Código de Ética Profissional (1993) e o Projeto Ético-Político defendido pela categoria.

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, p. 5-6)

O projeto ético-político da profissão se desenha a partir de valores éticos bem definidos, como a liberdade, autonomia e a plena expansão dos indivíduos sociais (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, apud NETTO, 1999). Assim, o projeto ético-político tem

suas bases nas concepções descritas no Código de Ética e propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

A partir destes valores inscritos no Código de Ética e no projeto ético-político a assistente social irá balizar sua intervenção no que se refere à atenção integral ao adolescente. Isto é, desde o acolhimento, atendimentos individuais e coletivos, atendimentos às famílias, nas visitas domiciliares, acompanhamento do cumprimento da MSE, a profissional deve estar em consonância com o que representa o trabalho profissional a partir dos eixos norteadores, além de primar pela legislação que garante e protege os direitos dos adolescentes em conflito com a lei.

O profissional de Serviço Social deve sempre ter claro que o compromisso fundamental é com a população atendida, no caso, o adolescente autor de ato infracional, e então é para esse sujeito que o trabalho deve ser direcionado. Esse sujeito deve ser o alvo principal, direto, de nossa práxis, deve estar no centro de nossa proposta de trabalho profissional (FREITAS, 2011, p.43).

Dando ênfase neste trabalho ao atendimento e acompanhamento aos adolescentes, autores de ato infracional e suas famílias, a profissional será capaz de identificar as necessidades e os recursos, utilizando estratégias que deem conta de fortalecer os vínculos familiares e de promover a garantia de direitos no que se refere aos encaminhamentos à rede de serviços sociais.

4.1. REFLEXÕES E ANÁLISES SOBRE O TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL COM AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS A PARTIR DAS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES VIVENCIADAS NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Com a aproximação acerca do trabalho da assistente social, a partir da capacidade de ler e analisar criticamente a realidade social, foi percebido, durante a experiência de estágio curricular obrigatório que algumas práticas de âmbito conservadores ainda são perpetuadas no atendimento ao cumprimento da Medida Socioeducativa.

Os achados da pesquisa evidenciam que as legislações foram grandes avanços com relação à legitimidade dos direitos humanos. No entanto, a concepção da sociedade sobre o ato infracional ainda reproduz a mesma ideia historicamente construída desde o período colonial no Brasil, de punição e penitência. Trazendo esta discussão para a experiência de estágio, observou-se que atividades propostas pelos socioeducadores⁸, no cumprimento de PSC, em alguns momentos tinham dificuldades em romper com a lógica punitiva, distanciando-se do caráter pedagógico da MSE, o que ocasionava o reforço do estigma imposto pela sociedade. Desta forma, a evasão da medida tornava-se mais provável, pois, o adolescente dificilmente se vinculava ao Plano Individual de Atendimento previsto para o mesmo. Além disso, muitas das atividades exigidas limitavam o processo reflexivo, restringindo as atividades relacionadas com serviços que não se aproximavam do caráter pedagógico, reiterando a lógica da punição, enquanto que compreende-se que deveriam ser desenvolvidas atividades pedagógicas, com envolvimento comunitário na perspectiva de contribuir para autonomia dos adolescentes nos espaços de cumprimento de PSC.

Deste modo, no período de estágio, a partir das dimensões da competência profissional, articulou-se um projeto de intervenção que fosse possível estabelecer o cumprimento de PSC de forma realmente socioeducativa, a partir da consciência política e da emancipação humana. Esta vivência possibilita refletir sobre as possibilidades concretas considerando o trabalho da assistente social, pois mesmo na condição de estagiária, sabe-se que a apropriação das competências contribui para que se infira na realidade com vistas a buscar sua transformação. Assim, no que se refere aos instrumentos utilizados para materialização do projeto, utilizou-se da metodologia de grupos para proporcionar um espaço de proteção, convivência, debate e trocas de vivência.

O grupo é um instrumento de comunicação oral que envolve um coletivo de pessoas e cujos objetivos costumam gravitar em torno de demandas que trazem os usuários, o elencamento de prioridades, a coleta de dados, além de propiciar um espaço de reflexão sobre o cotidiano e sobre as formas de enfrentamento das situações apresentadas. (...) o grupo favorece a troca de

⁸ Refere-se aqui como socioeducador a referência socioeducativo, o qual é o profissional de nível superior ou com função de gerência ou coordenação nos locais de prestação de serviço comunitário, que será responsável geral tanto pelos adolescentes prestadores de serviço comunitário quanto pelo funcionário guia (SINASE, 2006, p. 43).

experiências, onde seus participantes tem maior possibilidade de vivenciar relações mais horizontais e solidárias. (MAGALHÃES, 2003 In: Moreira 2013, p. 60)

No que diz respeito à matriz teórico-metodológica, os grupos se constituíram a partir do referencial crítico, o que se desenvolveria nos temas debatidos e também na compreensão do que era e para que servia este instrumento. Alguns dos assuntos tratados foram escolhidos previamente pela aluna e pela supervisora de campo, como: o caráter punitivo das MSE, educação, drogas, violência e território. Porém, o processo de grupo se dá de uma forma dinâmica no campo prático então, ao passo em que o grupo foi se construindo, alguns assuntos foram sugeridos e questionados pelos participantes, sem que isso impedisse que fosse tratado num próximo encontro.

Compondo a dimensão ético-política, ancorou-se o projeto numa perspectiva emancipatória e de reflexões críticas, ao passo do que se defende como projeto societário do Serviço Social, buscando ações que não moralizassem os processos sociais ou reforçassem a lógica conservadora acerca do ato infracional. Deste modo, também remonta o núcleo central do projeto ético-político da profissão, tendo a liberdade como categorial central e o compromisso com a autonomia e plena expansão dos sujeitos.

No processo de execução do grupo, alguns obstáculos surgiram, como a falta de recursos materiais, que fizeram com que a aluna, responsável pela elaboração e execução do projeto, utilizasse seu material próprio. Outro ponto de dificuldade foi a localização do CREAS, o qual está fora do território de atuação. Desta forma, muitos adolescentes não puderam ser encaminhados para o grupo, por não poder acessar o território, seja pela distância de suas residências ou em razão de questões de segurança. Assim, a número de participantes ficou um pouco reduzido.

Quanto aos indicadores expostos no projeto:

Quadro 4 – Indicadores projeto de intervenção

Indicadores de Alcance Social	Indicadores de Efetividade
- Compreensão dos adolescentes	- Participação dos adolescentes no

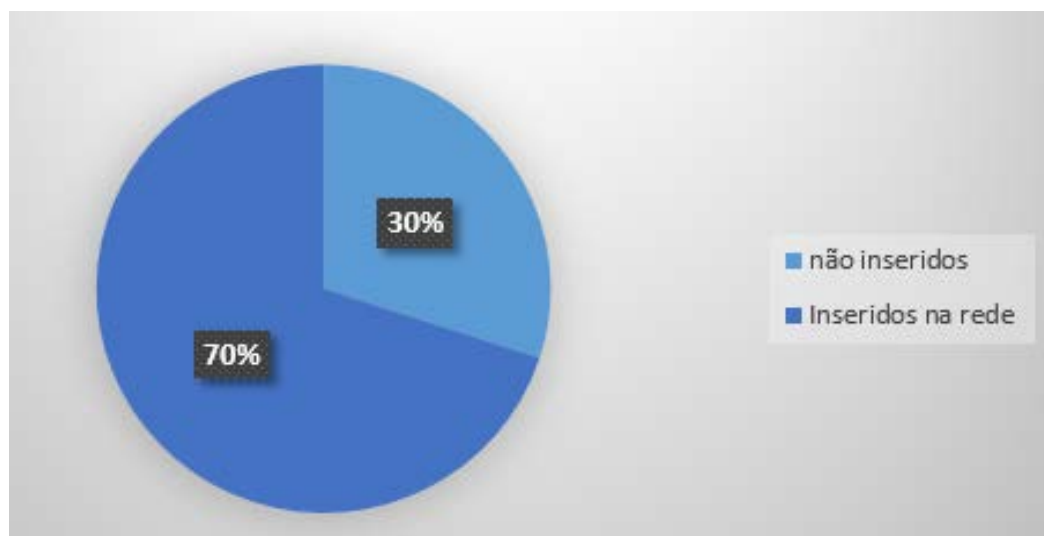
do significado da socioeducação,	<p>processo decisório dos assuntos tratados nas oficinas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vinculação dos adolescentes na rede de proteção integral, a partir do trabalho do assistente social; - Relevância do tema na política de assistência social.
----------------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A partir do indicador de alcance social, acredita-se que o mesmo se efetivou, baseado no instrumento de avaliação final da PSC, o qual compreendia em um campo de escrita livre para o adolescente poder expressar suas experiências e sentimentos a partir do cumprimento da medida. Todas as escritas foram no sentido de ter entendido que a partir do processo pode-se visar novas perspectivas de vida, entendendo a punição como uma prática não reflexiva.

Nos indicadores de efetividade, todos os adolescentes se envolveram no que se refere aos assuntos tratados nos grupos, levaram sugestão de filmes, de atividades artísticas e participaram ativamente de todas as discussões. A vinculação na rede de proteção se deu de maneira bastante efetiva, como mostra o gráfico 6, o qual diz respeito aos adolescentes que terminaram a PSC vinculados à escola e a estágios profissionais.

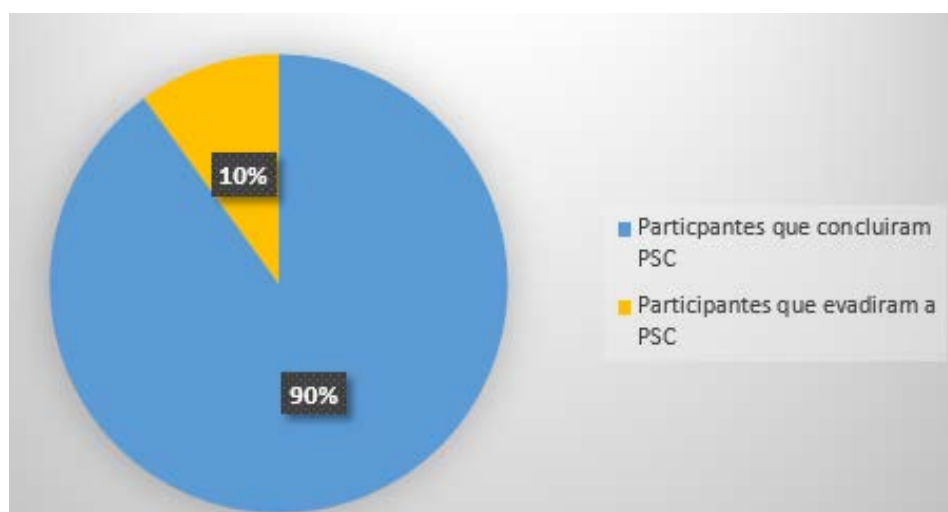
Gráfico 6 – Relação dos adolescentes inseridos na rede de proteção.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

No processo de análise do estágio I, foi verificado o grande número de evasões das MSE, o que significava que muitos adolescentes não cumpriam o total de semanas na PSC, judicializando novamente o processo. Com o grupo, o índice de evasão foi mínimo, como ilustra do gráfico 7, abaixo

Gráfico 7 – Relação ao número de adolescentes que evadiram do cumprimento da MSE de PSC



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Desta forma, compreendendo que o objetivo geral do projeto era efetivar o atendimento socioeducativo na PSC, de modo com que contribuísse para a qualificação do cumprimento da medida. Os dados apresentados anteriormente mostram que a partir do pequeno número de evasões e das avaliações dos adolescentes, o objetivo foi alcançado. A maioria dos adolescentes finalizaram suas medidas e compreenderam o sentido socioeducativo, a partir dos temas tratados e discutidos de forma respeitosa e ética dentro do espaço do grupo.

A partir da concepção do trabalho da assistente social, aliado às dimensões profissionais, pode-se verificar que foi possível se aproximar e vivenciar um processo consciência crítica dos adolescentes. Portanto, é através da intervenção da assistente social, enquanto profissional crítico e que tem claro as bases de seu projeto ético-político, que chegou-se a resultados participativos, democráticos e que buscaram compreender, enquanto processos políticos, econômicos e sociais, os contextos que envolvem os sujeitos inseridos nas MSE.

Nos resultados da pesquisa, não foi encontrada nenhuma produção acadêmica que relacionasse diretamente o trabalho da assistente social com as MSE. Desta forma, tornou-se um desafio produzir conhecimento acerca do tema, pela incipiente produção no Serviço Social. Mas, é a partir dos escritos da profissão, juntamente com as novas legislações que se constrói as estratégias e planos de trabalho com os adolescentes em conflito com a lei, com vistas a proteção e à luta de uma nova sociabilidade capaz de superar as situações de vulnerabilidades do cotidiano capitalista que expõe das crianças e adolescentes.

As ações cotidianas dos assistentes sociais devem ser balizadas por esses princípios e valores. Contudo, o grande debate centra-se em como materializar os princípios desse projeto, que recusa a estrutura da sociedade capitalista e seus valores individualistas, reacionários, discriminatórios e violentos. A implementação e materialização plena do PEP são incompatíveis com a sociedade capitalista. Como basear a atuação profissional diante do quadro adverso que encobre o mundo do trabalho, das ofensivas neoliberais junto às políticas sociais e aos movimentos sociais? Um passo primordial a ser dado é conhecer os

entraves que encobrem a intervenção profissional na contemporaneidade; conhecer para traçar possibilidades e saídas (COSTA, 2014, p. 376)

O achado da pesquisa, descrito acima, analisa o desafio do trabalho da assistente social frente a conjuntura neoliberal e conservadora no Brasil. Considerando o trabalho com as MSE, torna-se pertinente as seguintes inquietações que são expostas pela autora

Como ser contra a arbitrariedade, o autoritarismo e defender a liberdade em uma sociedade regida pelo capital? Como trabalhar em prol da emancipação dos indivíduos se os direitos destes são cerceados e vivem em sua sociedade desigual na qual os meios de produção são detidos pela classe rica? Como o assistente social vai se portar nesse terreno movediço? Deve achar que tudo está perdido e nada pode fazer? (COSTA, 2014, p. 376).

A partir destes questionamentos, evidencia-se a necessidade de aprofundar sobre os desafios e perspectivas do trabalho da assistente social nas MSE, refletindo quais os caminhos possíveis no trabalho, ao passo em que as políticas sociais vêm retrocedendo e intensificando a desigualdade social. No intuito de não perpetuar práticas conservadoras e estigmatizantes é preciso definir os obstáculos e possibilidades do trabalho profissional.

4.2. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Seria impossível iniciar uma discussão sobre os desafios e perspectivas do trabalho da assistente social sem situar o momento político particular em que vive o Brasil atualmente. Em meio ao caos político, no que diz respeito ao golpe de Estado arquitetado no ano de 2016, ressurgem forças conservadoras e neoliberais, as quais respingam nos Estados e municípios, fazendo com que a gestão aumente o processo de governar para os setores burgueses da sociedade em detrimento à classe trabalhadora.

Desse modo, mais especificamente, no que tange a cidade de Porto Alegre, o discurso da gestão das políticas sociais que é anunciado é o da conjuntura de crise. Mota e Amaral (1998) explicam que o argumento da “crise” se dá no sentido de estabelecer um “novo equilíbrio”, isto é, reorganizar o papel das forças produtivas e a reprodução do capital, o que afeta diretamente as relações sociais. Mais objetivamente, o que as autoras afirmam é que, nos momentos de crise, precisa haver resposta ao capital. Assim, respostas se dão em diversas esferas, como na produção, na sócio-política e institucional. Portanto, o resultado disto são as maiores jornadas de trabalho, maior taxa de lucro e as formas de controle dos trabalhadores para a menor adesão nos movimentos de lutas.

Estas mudanças - seja em termos de ajustes, seja em termos de reestruturação industrial - determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando a construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital (MOTA & AMARAL, 1998, p. 7).

Além do cerceamento e controle dos trabalhadores, destaca-se também as péssimas condições de trabalho, materializada nas estruturas físicas precárias, a falta de recursos materiais para o trabalho, além da falta de recursos disponíveis para os usuários, como: passagem de ônibus, cestas básicas, aluguel social e os benefícios eventuais

O momento atual é o da passivização da ordem: a expansão do capital requer e exige a recusa à plena cidadania, ainda que formal. Trata-se da quebra dos direitos sociais como base da acumulação e da velha/nova cidadania burguesa. O “novo” como matriz de reconstrução e permanência do “velho” (DIAS, 1997, p. 15).

Sendo assim, todo esse contexto afeta diretamente o trabalho da assistente social em diversas esferas, no que se refere a diminuição dos direitos sociais, a precarização do trabalho, a falta de recursos para as políticas sociais, a repressão dos movimentos de luta e a intensificação da desigualdade social. Por isso, coloca-se como primeiro desafio a necessidade de romper com a lógica da passivização da ordem e a busca por mecanismos de resistência junto a classe trabalhadora (MOTA

& AMARAL, 1998). Além disso, a principal tarefa posta à profissão, é a de identificar o conjunto das necessidades sociais e para isso é preciso refazer teórico e metodologicamente o percurso entre demanda e necessidade, ao passo em que estão inseridas na complexidade da sociedade capitalista contemporânea (ibdem). Argumento este que também é colaborado pelos achados da pesquisa

[...] O assistente social pode re-elaborar as necessidades dos usuários, numa perspectiva ampliada. Isso supõe que a ação do profissional não pode se reduzir ao imediatismo do cotidiano. O assistente social convive com uma série de demandas trazidas pelos usuários e é preciso pensá-las e abordá-las na totalidade social (SCHUTZ; MIOTO, 2012, p.98).

Por isso, torna-se um dos desafios mais importantes a apropriação dos subsídios que possibilite a mediação dos aspectos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, para que através do trabalho se supere a ação imediata, alienada e reprodutora dos conceitos do senso comum. Assim, cabe ao conjunto da categoria a articulação de estratégias no campo da formação que auxilie no reconhecimento destes dilemas a fim de capacitar às profissionais na realização destas mediações com o trabalho concreto (ZACARIAS, 2013). À vista disso, não existe trabalho profissional sem compreensão dos processos sociais que o determinam. Numa perspectiva de totalidade é imprescindível que as assistentes sociais possam desvendar a realidade expressa no bojo do capitalismo e as múltiplas expressões da questão social advindas deste sistema.

Neste sentido, Raichelis (2009) quando analisa o trabalho da assistente social na esfera estatal, a autora cita os processos de transformação do trabalho, os quais se expressam na destituição dos direitos e mais além disso, no esvaziamento da noção de direito que se torna privilégio no contexto econômico de recessão.

Para fins analíticos, a autora cita o crescimento do terceiro setor na execução das políticas sociais o que descaracteriza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como público. Assim, tal conjuntura favorece o discurso de participação comunitária e de solidariedade

Nesse contexto, dissemina-se, simultaneamente, uma versão comunitarista de conceber a sociedade civil, que passa a ser incorporada como sinônimo de “terceiro setor”. A sociedade civil, nesses termos, é definida como um conjunto indiferenciado de organizações, identificadas sob a denominação genérica de entidades sem fins lucrativos, passando por cima das clivagens

de classe, da diversidade dos projetos políticos e das instâncias de representação política como sindicatos e partidos. Reitera-se a noção da comunidade abstrata, valorizando-se relações de solidariedade social e ajuda mútua, despolitizando-se os conflitos sociais em nome de um suposto bem-comum (RAICHELIS, 2009, p. 10)

Iamamoto (2010) aponta também como desafio o trabalho em tempos da expansão da filantropia empresarial alterando o mercado de trabalho, incluindo as Organizações Não Governamentais (ONG) como responsáveis na contratação de assistentes sociais, subjugando às profissionais a contratos provisórios, precárias condições de trabalho e baixos salários.

Compondo todas essas determinações apresentadas neste trabalho cabe dizer que a maior perspectiva no âmbito do Serviço Social é construir

Uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais (IAMAMOTO, 2010, p. 168).

No que circunda a discussão do trabalho com as MSE, entende-se que a assistente social, profissional apta na intervenção com adolescentes em conflito em a lei, construirá práticas que interligam as legislações vigentes e condizem diretamente com a direção social da profissão. Isto é, ao passo em que o ECA e o SINASE trouxeram avanços no que concerne aos direitos humanos, através da Doutrina da Proteção Integral, entendendo que as crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento peculiar, portadoras de direitos especiais e que assim devem o respeito, a dignidade humana e a proteção; a assistente social irá se balizar por estes mesmos preceitos, orientando-se pelo projeto ético-político e o Código de Ética (1993) que expressam os mesmos valores como centrais na execução e planejamento do trabalho.

Os desafios do profissional assistente social na implementação dos princípios e diretrizes previstos no SINASE, alinham-se e delineiam-se aos princípios estabelecidos no Código de Ética do Serviço Social, uma vez que afirmando a defesa dos direitos humanos, a liberdade, a emancipação e autonomia dos sujeitos, a ampliação e consolidação da cidadania, a eliminação de todas as formas de preconceito, além da equidade e justiça social, comprometa-se com a transformação da realidade social, considerando a produção e reprodução da vida social, a totalidade social (AGUINSKY et al, 2014, p.7)

Assim, o sentido do trabalho se dá no comprometimento com valores democráticos, que defendam os avanços na política de atendimento à criança e ao adolescente, compreendendo a necessidade da defesa intransigente dos direitos humanos como via para consolidação e ampliação dos direitos num contexto adverso às políticas sociais. A partir destes processos, compreende-se a necessidade de formação de profissionais capazes de analisar os processos contraditórios que conformam a realidade social dos adolescentes em conflito com a lei, de forma a romper-se com práticas sociais e históricas de punição e repressão no atendimento a estes usuários.

Logo, evidencia-se que as estratégias utilizadas durante o estágio obrigatório, a partir do grupo como instrumento de intervenção, aliado ao teórico-metodológico e ao ético-político, foram fundamentais para visualizar que é possível construir um trabalho na direção da socioeducação, considerando as atribuições e competências referentes ao trabalho das assistentes sociais. Com base no projeto de intervenção, alcançou-se indicadores que compreenderam que a socioeducação pode ser promovida através do viés político e crítico, buscando a participação e democracia nos espaços sócio-ocupacionais.

Contudo, torna-se um desafio a garantia de um trabalho de qualidade na direção ético-política frente ao desmonte das políticas sociais, por isso, a perspectiva do trabalho se dará na consolidação das lutas, Abramides (2016) expõe a necessidade da luta contra o neoliberalismo, contra as contrarreformas impostas pelo governo golpista e a defesa dos movimentos sociais em conjunto com CFESS/Cress, Abepss e Enesso. A organização político-organizativa da profissão busca consolidar espaços de formação, de educação permanente, de agenda de lutas, a fim de compreender que a categoria de assistentes sociais necessita de espaços coletivos para pensar em novas estratégias capazes de superar o imediatismo e práticas vinculadas ao senso comum que reproduzam a lógica do *status quo*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como fruto de lutas e movimentos sociais a partir dos anos de 1980 no Brasil, observa-se que o campo de políticas sociais no âmbito da criança e adolescente no apresentou diversos avanços no que se refere à garantia dos direitos humanos fundamentais, baseados na perspectiva da Doutrina da Proteção Integral, através das novas legislações vigentes.

O ECA e o SINASE foram legislações fruto de movimentos sociais que lutaram por uma infância e juventude digna, capazes de assegurar que, neste momento peculiar de desenvolvimento, o Estado se responsabilizasse por garantir os direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Neste conjunto, não se nega os avanços sociais trazidos pelas legislações, bem como, ainda se permanece em luta pela ampliação e consolidação dos mesmos, visto que com o avanço do neoliberalismo e de forças conservadoras, os direitos humanos dos adolescentes autores de ato infracional estão constantemente ameaçados por projetos de lei que almejam a redução da maioria penal.

Quando se incide o olhar para o adolescente autor de ato infracional, torna-se difícil para a sociedade desenvolver uma opinião ou análise mais profunda acerca da discussão, pois demanda compreender uma conjuntura composta de fenômenos sociais que dizem respeito à uma sociedade desigual, meritocrática e baseada em valores cunhados pelo sistema capitalista. As relações sociais, no contexto capitalista, permanecem encharcadas de uma tradição conservadora, que defende a punição e a privação de liberdade como “solução para o problema”. A compreensão de que a forma de se arrepender através do sofrimento, da tortura e das péssimas condições de sobrevivência no âmbito prisional fazem parte do imaginário popular.

Esta lógica não só está presente na sociedade, como também, respingam na execução das Medidas Socioeducativas, que assim são envoltas por questões relacionadas ao controle sociopenal, que traz à tona práticas voltadas à criminalização da pobreza e à judicialização da questão social, mesmo tendo um aporte legal que assegure os direitos humanos.

Assim, em políticas e espaços tão contraditórios de trabalho, a presença de assistentes sociais pode constituir-se como um esforço na garantia de direitos desses sujeitos atendidos. Para isso, torna-se uma possibilidade para a categoria a produção de conhecimento sobre o trabalho nesta área, visto que ainda é tão incipiente, mas não menos importante, pois é através da pesquisa que qualifica-se o desenvolvimento de um trabalho profissional comprometido com os pressupostos do projeto ético-político, mesmo em espaços e políticas que tem um caráter de “sanção”, por exemplo.

Neste sentido, através das dimensões da competência profissional, a partir do teórico metodológico, ético-político e técnico-operativo, as assistentes sociais são capazes de ler a realidade de forma crítica, compreendendo que as expressões da questão social estão presentes no cotidiano dos adolescentes em conflito com a lei e que assim, possam articular instrumentos que deem conta da realidade apresentada, fundamentando-se, além dos pressupostos teóricos, naquilo que direciona politicamente a profissão, dentro do que condiz o seu projeto ético-político e o Código de Ética. Isto quer dizer que, no trabalho com adolescentes que estão em risco social é preciso criar estratégias pedagógicas, dentro de uma lógica emancipatória, capazes de efetivar a socioeducação em detrimento das práticas punitivas ainda perpetuadas.

Além disso, ainda para a qualificação das MSE, cita-se também os investimentos em recursos humanos e materiais para o desenvolvimento de programas de atendimento socioeducativo; a qualificação e educação permanente dos profissionais; os recursos orçamentários para o financiamento dos programas e serviços de execução de medidas socioeducativas; a articulação entre os diversos atores Sistema de Garantia de Direitos, além da necessidade de articulação e da intersetorialidade entre as políticas sociais.

A partir dos achados da pesquisa bibliográfica e documental, constatou-se que os desafios se configuram na trama das relações, políticos, sociais e econômicas que se estabelecem de modo complexo na sociedade. Isto é, a assistente social irá lidar num contexto adverso, intensificado pelo neoliberalismo, de precarização do trabalho, baixos salários, falta de recursos humanos e financeiros, dificultando a qualidade do trabalho prestado. Além disso, a conjuntura atual reforça a lógica punitiva quando discute a privação de liberdade em detrimento da socioeducação, na busca pelo encarceramento como solução, o que acaba interferindo diretamente

no trabalho, pois evidencia o quanto o Serviço Social está, muitas vezes, na contramão da opinião pública.

Contudo, evidencia-se que as perspectivas do trabalho se configuram no fortalecimento da categoria com as lutas sociais, e principalmente nas lutas pelo o direito da criança e do adolescente, que ainda hoje são tão necessárias para ampliação do que já foi conquistado anteriormente. Aliado aos movimentos sociais, compreende-se que é através da formação profissional que se alcançam respostas propositivas, críticas e coerentes com os dados de realidade. Isto quer dizer que, sem dissociar os instrumentos de trabalho, da sua matriz teórico-metodológica e ético-política é concebível realizar intervenções capazes de transformar a realidade social de jovens que ainda estão marginalizados. Nesse sentido, o trabalho da assistente social se direciona à promoção da garantia de direitos, ao passo em que seja possível articular com os SGD, com o intuito de preservar os vínculos familiares e comunitários e a liberdade.

Nesta direção, o presente trabalho de conclusão de curso buscou dar visibilidade para o trabalho das assistentes sociais na execução das MSE em meio aberto, a fim de contribuir com a qualificação do trabalho. Também, trouxe à luz o quanto o período de retrocesso das políticas sociais incide sobre o trabalho, ao passo que precariza e explora as trabalhadoras, além da intensificação das expressões da questão social. No entanto, as perspectivas do trabalho exigem das assistentes sociais o fortalecimento das lutas, ao lado dos movimentos sociais e das organizações políticas da categoria profissional, além do arcabouço teórico ancorado da teoria dialético crítica e dos mecanismos de pesquisa e produção do conhecimento que tanto qualificam o trabalho social.

Em vista disso, a relevância deste trabalho se dá pelo fato da incipiente produção acadêmica nesta área, além de aliar a pesquisa com à rica experiência no campo do estágio obrigatório que foi capaz de materializar este trabalho. Ademais, acima de tudo, espera-se que este estudo contribua com a promoção da garantia de direitos dos adolescentes em conflito com a lei e que a partir das intervenções das assistentes sociais presentes nos espaços de MSE, possam proporcionar, respeito, dignidade, emancipação e o mais importante: uma vida em liberdade!

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 1270, p.456-575, set. 2016.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em: 19 maio 2018.

AGUINSKY, Beatriz Gershenson et al. Os desafios do trabalho do assistente social na implementação dos princípios do SINASE. In: Seminário Regional Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família: Formação e Intervenção Profissional, 2., 2014, Porto Alegre. **Trabalho**. Porto Alegre: Edipucrs, 2014. p. 1 - 13. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/serpinf/2014/assets/22.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

ANDRADE, LBP. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ANTUNES, Ricardo L. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

AVILA, Lisélen de Freitas. **As medidas socioeducativas em meio aberto e a relação com a judicialização das violências nas escolas na cidade de Porto Alegre**. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. **Assistencialização da socioeducação: novas roupagens para um velho fenômeno**. 2017. 108 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. As diretrizes curriculares e a temática da gestão (administração e planejamento) na formação profissional do assistente social. **TEMPORALIS**, Porto Alegre, n. 8, ano IV, jul-dez 2004.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. Editora Cortez. São Paulo: 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social – fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (sinase)**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. Ministério Público de Minas Gerais. **Medidas Socioeducativas**: apontamentos sobre a política socioeducativa segundo as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Minas Gerais: Central de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Brasília: 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: DF, 2014.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: CONANDA, 2006.

CLOSS, Thaísa Teixeira. **Fundamentos do serviço social: um estudo a partir da produção da área**. 2015. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pósgraduação em Serviço Social, – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7533/3/474062_Texto Completo.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **De menor a cidadão**. Brasília: Governo do Brasil: 1990.

COSTA, A. P. M. Doutrina da Situação Irregular. In: LAZZAROTTO, et al. (Orgs). **Medida Socioeducativa entre A&Z**. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

COSTA, Renata Gomes da. A práxis do/a Assistente Social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p.388-378, nov. 2014.

DIAS, E.F. **A liberdade (Im) possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização**. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1997.

DUARTE, Joana das Flores. **Para além dos muros : as experiências sociais das adolescentes privadas de liberdade**.2016. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **QUE FAZER: Teoria e Prática em Educação Popular**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREITAS, Tais Pereira de. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. **Serv. Soc. Soc.**[online]. 2011, n.105, pp.30-49.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho e gênero: aportes para o debate da questão social. **Textos&Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.244-254, ago. 2011.

Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/9633/7330>>.

Acesso em: 10 maio 2018.

HECHLER, Angela Diana. **Tecendo redes de proteção para crianças e adolescentes: Caminhos e Descaminhos na construção de sujeitos de direitos**. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

_____. **Execução de medida socioeducativa em meio aberto: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida**. In: ILANUD; ABMP, SEDH; UNFPA (orgs.). **Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização**. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 367-395.

LIMA, F.S.; VERONESE, J.R.P. Medidas sócio-educativas: a responsabilização estatutária como antagônica da visão penal. In: FREIRE, S.M (Org.). **Anais do II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje**. Rio de Janeiro: Rede Sírius/UERJ, 2008.

MARCILIO, Maria Luiza. **Amas-de-Leite mercenárias e crianças expostas no Brasil oitocentista**. In: Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: EDUSU, 1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em serviço social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. – São Paulo: Cortez, 2013.

MOTA, A E. & AMARAL, A S., 1998. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social**. In: A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez Editora. p. 01-20.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

PRATES, F. C. **Adolescente infrator: a prestação de serviços à comunidade**. Curitiba: Juruá, 2002.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm>. Acesso em: 03 jan. 2018.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **III CBAS: Algumas Referências para a sua Contextualização**. In: 30 Anos do Congresso da Virada. CFESS (Org.): Brasília, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Programa Municipal de Execução de Medidas Sócio - Educativas em Meio Aberto - 1ª e 2ª ETAPAS: Prestação de Serviços à Comunidade – PSC**. Porto Alegre: FESC, 2000. Disponível em: < https://www.ufrgs.br/napead/repositorio/objetos/estacao-psi/anexos/Proposta_PEMSE_POA_2000.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 104, n. 0, p.750-772, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10>>. Acesso em: 16 out. 2016.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SCHUTZ, Fernanda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. O trabalho em serviços: contribuições para o debate do Serviço Social. **em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n.30, p.83-101, jun. 2012

SEGALIN, Andreia; TRZCINSKI, Clarete. **Ato infracional na adolescência: problematização do acesso ao sistema de justiça**. Textos & Contextos (Porto Alegre), vol. 5, núm. 2, Dezembro, 2006, pp. 1-19. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.

SILVA, S. C. **Socioeducação e juventude**: reflexão sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. *Serviço Social em Revista*, v.14, nº.2, p. 96-118, 2012.

SOUZA, Reivan Marinho de. **Da coerção ao “envolvimento”**: forma “humanizada” de controle do capital sobre o trabalho na produção flexível. In: Trabalho, educação e forma humana frente à necessidade histórica da revolução. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

OLIVEIRA, Thelma Alves de et al (Org.). **Práticas de Socioeducação**. 2. ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010. Disponível em: <http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/cadernos_de_socioeducacao/CADERNOS_DE_SOCIOEDUCAÇÃO_Práticas_de_socioeducação.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: Cfess e Abepss, 2009. p. 185-200.

VOLPI, Mario. (Org.). **O Adolescente e o Ato Infracional**. 9ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Sem liberdade, sem Direitos**: a privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O Significado Sócio-Histórico da Profissão**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPPS. Brasília-DF: 2009.

ZACARIAS, Ines Rocha. **A INFLUÊNCIA DA TEORIA MARXIANA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.